

6ª Conferência Internacional

" A ADFA tem sido um factor de paz, de tranquilidade e um factor altamente positivo na sociedade portuguesa (...) e tem tido uma palavra de acalmia e de paz nos momentos azados "

sobre legislação de antigos combatentes e vítimas de guerra



FOTO MDN

Países de todo o Mundo aprovaram dezenas de recomendações



FOTO MDN

" A ADFA em profícua cooperação com outras organizações não governamentais e com órgãos e departamentos oficiais (...) produziu uma acção a todos os títulos meritória "

ADFA prepara condignamente 20º Aniversário do 25 de Abril e do 14 de Maio

Assembleia Geral Nacional Ordinária dia 16 de Abril

Audiência com o Ministro do Emprego e Segurança Social



Direcção central em audiência com Falcão e Cunha

Tal como o "ELO" anunciou na sua última edição, em última hora, dado que se realizou às 15:30h, na altura em que o nosso jornal era impresso, a Direcção Central da ADFA foi recebida no dia 25 de Fevereiro pelo Ministro do Emprego e Segurança Social.

Após a apresentação de cumprimentos ao engenheiro Falcão e Cunha, dado ser a primeira audiência que concedia à nossa associação, foi aquele membro do governo informado de todas as envolvências perspectivas e organização da 6ª Conferência Internacional sobre Legislação, à qual foi de sobremaneira receptivo.

Muito atento a tudo o que a Direcção Central lhe explanava, aquele responsável aceitou o convite para estar presente apenas na Sessão Solene de Encerramento daquela conferência, uma vez que no dia da sua abertura estará fora do nosso país, em deveres do Estado.

Afirmou ser sua política, pelo conhecimento que tem da nossa associação, manter o tipo de relações que aquele ministério tem tido com a ADFA. Assumiu apoiar financeiramente a realização da 6ª Conferência, e decidiu, para surpresa nossa, oferecer o jantar de despedida dos congressistas, do dia 16 de Março, em serviço a realizar na nossa sede

que, convidado, aceitou visitar naquele dia com pormenor.

Cabe recordar que foi bastante vultuosa a participação financeira do Ministério do Emprego e Segurança Social para a construção da nossa Sede.

O responsável do ministério que titula a área dos deficientes do nosso país quis saber do entendimento da ADFA no funcionamento do Secretariado Nacional de Reabilitação, e a nossa forma de relacionamento com aquela estrutura que superintende a política de reabilitação em Portugal. A ADFA fez saber a sua forma de ver e actuar junto do

Secretariado Nacional, tendo evidenciado que, para já, sugeria que deveriam ser elevadas, de duas para quatro, as presenças das associações de deficientes no Conselho Nacional de Reabilitação por se apresentar manifestamente diminuta a participação das organizações não governamentais naquele conselho que, em suma, é a câmara de ressonância dos problemas e dificuldades de integração dos cidadãos portadores da deficiência.

Foi finalmente explicada ao Engenheiro Falcão e Cunha a situação precária em que se encontra, quer em termos de instalações, quer de equipamentos, a nossa Tipografia-Escola, prestando esta unidade produtiva um serviço à sociedade, seja no emprego de cerca de 20 deficientes, seja na formação, que já efectua e pretende incrementar, de pessoas portadoras de incapacidade, civis e militares. Foi solicitada uma maior atenção e apoio, em especial por parte da Direcção Geral de Reabilitação e do Instituto de Emprego e Formação Profissional ao reequipamento da nossa tipografia.

Terminou esta audiência com o desejo expresso do Ministro do Emprego e da Segurança Social em efectuar a sua inscrição para a 6ª Conferência tal como a de altos funcionários do seu ministério, reiterando as sua especial dedicação, que sempre disponibilizará, a assuntos relativos à ADFA e aos deficientes militares, que lhe sejam submetidos para apreciação

REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL

As reuniões ordinárias do Conselho Nacional para aprovação do próprio relatório de Actividades do ano de 1993 e Plano de Actividades e Orçamento da Direcção Central para 1994 realizaram-se conforme oportunamente anunciado no dia 26 de Fevereiro último.

O Relatório de Actividades do Conselho Nacional evidenciava os pontos discutidos e as deliberações tomadas nas reuniões ordinária de Fevereiro de 93 e extraordinária de Outubro do mesmo ano, tendo sido aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a apresentação do relatório semestral do Conselho Fiscal Central, que levantou vivo debate e lançou muita matéria para reflexão, por abordar questões momentosas e acerca das quais as opiniões não são sempre solidariamente unânimes.

Passou-se ao ponto que incidia sobre as envolvências da construção e inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar, factor de alguma polémica entre nós, tal como na própria sociedade Portuguesa, foi no entanto assumido por todos que as posições tomadas pelos Órgãos Sociais Centrais, quer no comunicado à imprensa antes da inauguração do monumento, quer a tomada de posição com referência ao próprio dia da inauguração e prontamente enviada ao Chefe de Estado, foram oportunas e simbolizaram o sentir do todo associativo. Foram apresentadas propostas de estratégia futura relativamente à pre-

sença da ADFA no seio da Comissão Executiva do monumento, viria a ser aprovada uma que incumba na delegação do Porto a preparação de um trabalho nesse sentido e a criação de um grupo de trabalho que acompanhe esse processo.

O ponto que se referia à realização da 6ª Conferência Internacional sobre Legislação de Combatentes e Vítimas de Guerra foi, por desejo colectivo, transposto para a apresentação do Plano de Actividades da Direcção Central, de onde aliás fazia parte. Nesta altura foram indicados aos conselheiros pormenores da organização e do estado dos trabalhos, o nome dos elementos que constituiriam a delegação da ADFA à conferência, os custos previstos e respectivos apoios financeiros, a envolvimento do Chefe do Estado e do Governo naquela realização e o que na realidade se esperava de Portugal e para o Mundo, de uma conferência com tão grande amplitude quer em número de países e participantes, quer em número de propostas de recomendação apresentadas.

O Plano de Actividades que "ELO" descreveu na íntegra na sua última edição e o Orçamento, foram apresentados ao Conselho, tendo a Direcção Central indicado que os pontos evidenciados no plano para 1994, privilegiaram as grandes opções. Saliente-se, a título de exemplo, que a reivindicação legislativa não se distinguiu do trabalho da 6ª Conferência, que se inseria em mais vasta estratégia da ADFA.

Na generalidade, os debates de ajuste do Orçamento, foram pontuais, congratulando-se alguns conselheiros pelo detalhe e amplitude do Orçamento, que previa todas as actividades que envolvem verbas pelas quais a ADFA é responsável.

O Conselho Nacional terminou com a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento, que nortearam a vida e o funcionamento da ADFA no corrente ano de 1994.

● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

CLÍNICA GERAL
Médico: Dr. Brito
2.ª Feira 13:00h
4.ª Feira 17:00h

PSIQUIATRIA
Médico: Dr. Proença
5.ª Feira 09:30h

PSICOLOGIA CLÍNICA
Dr.ª Fátima Cruz
2.ª Feira 14:00h às 18:00h
4.ª Feira 14:00h às 18:00h

SERVIÇO SOCIAL
Dr.ª Fátima Almeida
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

Marcações: D. Josefa

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781

GAB. JURÍDICO

Dr. António Carreiro

3.ª e 5.ª Feiras
14:00 às 18:00h

• c/marcação prévia, (não se dão consultas aos telefones)

Marcações: Helena Afonso

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA — TELEFOS.: 7570422/0502/0583/0645/0702/0781 — FAX 7571319

TRANSPORTES: Autocarros, 3 e 47, em frente ao Lar Militar, a 150 metros da ADFA. Aconselhamos a que se tome o metropolitano até à estação do Campo Grande e que aí se apanhe os referidos autocarros.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 757 05 02 — Fax 757 13 19
Dep. Legal — ESGMJ — 105068
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11500 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armindo Roque
António Carreiro, José Maia, Abel Fortuna, António Neves,
João Gonçalves
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1100\$00

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00

VENDE-SE

ROULOTE ESTADO NOVO

Contactar com o sr. Diogo Faustino a partir das 19:00 h.

Tel. 01/4930867

IRS para o ano de 1994

Alguns deficientes militares constataram que as alterações introduzidas pelo Orçamento do Estado, em sede do IRS, tal como foi noticiado no ELO de Outubro e Dezembro passados, vieram provocar um acréscimo no imposto a pagar.

Tal deve-se ao facto de ter sido reduzido o montante de 1600 contos constante no artigo 51.º do Código para 1200 contos.

A ADFA, logo que teve conhecimento de tais alterações, fez tudo o que estava ao seu alcance para corrigir aquele limite.

Interveio-se junto do Ministério da Defesa Nacional, Secretariado Nacional de Reabilitação e da própria Assembleia da República que é o órgão com competência para aprovação das medidas relativas a impostos.

Não se conseguiu, em tempo oportuno, ultrapassar tal situação para o ano corrente.

Contudo, a ADFA continua neste momento a encetar todas as diligências no sentido de que, no próximo Orçamento do Estado, a matéria seja revista.

Neste sentido há já contactos com a Assembleia da República tendo em vista a preparação do Orçamento

para 1995.

Como se publicou, a posição da ADFA é, essencialmente, a seguinte:

a) as pensões dos deficientes militares deverão estar isentas de tributação em IRS por terem uma natureza jurídica essencialmente indemnizatória, acolhendo-se deste modo no princípio estabelecido no n.º 1 do art.º 13.º do CIRS;

b) É expectativa legítima dos deficientes militares, face àquele princípio e à prática adoptada, que as suas pensões sejam gradualmente retiradas à tributação em IRS;

c) Para que se mantenham os níveis de não tributação anteriores será necessário elevar os limites propostos quer no artigo 51.º e do CIRS, onde pelo menos se deverá manter o montante anterior (1600 contos), quer no n.º 1 do artigo 44.º do E.B.F. cuja alínea b) não poderá ter um limite inferior a 2000 contos e cuja alínea a) deverá acolher o princípio atrás referido (dedução de 50% até ao limite do vencimento base do cargo de Primeiro-Ministro, reduzindo-se o benefício na mesma proporção em que os rendimentos forem superiores à totalidade daquele vencimento).»

CURSO DE FORMAÇÃO PARA MONITORES DE TEORIA DE CONDUÇÃO E MECÂNICA

CANDIDATOS PRECISAM-SE

O Departamento de Reabilitação da ADFA vai organizar, em colaboração com uma escola de condução e com o apoio do IEFP (Fundo Social Europeu), um curso de Formação para Monitores de Teoria de Condução e Mecânica, aberto a DEFICIENTES (com exclusão de cegos, surdos-mudos, tetraplégicos e bi-amputados dos membros superiores), com o seguinte perfil, para além da necessidade de carta de condução:

- 11.º Ano (Eventualmente o 9.º)
- Segurança de Raciocínio
- Fluência Verbal

O curso, que será devidamente avalizado após o seu termo, pela Direcção-Geral de Viação e Trânsito, terá a duração de 250 horas e início previsto dia 11 de Abril/94.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

ADFA — ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

AV. PADRE CRUZ — EDIFÍCIO ADFA — 1600 LISBOA

TELEF.: 7570502 — EXT.: 224

COMEMORAÇÕES

“ 25 de Abril “
“ 14 de Maio, 20 anos ADFA “

PROGRAMA

DIA: 22 Abril 94 - 6ª Feira
Hora: 18.00 horas

- Colóquio: “Guerra Colonial”, 25 Abril e Descolonização.
- Interventores: Brig. Manuel Monge (Prováveis) Cor. Carlos Fabião Cmdt. Alpoim Galvão Dr. Manuel Lages
- . Pres. mesa/moderador: Patuleia Mendes
- . Local: Auditório ADFA

Hora: 20.30 horas

- Jantar Comemorativo “25 Abril”
- . Local: SELF. ADFA

OBS.- Serviço Associativo e Cultural (trata das inscrições para o colóquio/jantar, 1200\$00)
- Marcações Dª. Elizabete, Tels. 7570502/83 - até 20 de Abril

Dia: 24 Abril 94 - Domingo
Hora: 11 horas

- Assembleia da Junta de Freguesia do Lumiar (n.º de participantes, cerca de 100)
- . Local: Auditório ADFA

Hora: 12 horas

- “Piquenício”, oferecido à comunidade local com a presença da Banda da Carris, convite do Sr. Pres. da Junta aos sócios da ADFA e familiares.
- . Local: Quinta das Conchas, junto à EPAM.

Dia: 25 Abril 94 - Segunda-Feira
Hora: (prevista) 15 horas

- Abertura de exposição sobre o tema “Guerra Colonial”, já exibida em Vila Nova de Famalicão, que se manterá em exibição até dia 14 de Maio.
- . Local: Auditório ADFA

Dia: 13 Maio 94 - Sexta-Feira
Hora: 18.30 horas

- Encontro: “Movimento Associativo de deficientes antes do 25 Abril até aos nossos dias :
- Interventores: TCor. Lopes Dias (ADFA) (Prováveis) Abel Fortuna (ADFA) Dr. João Lopes Lomelino Victor (ADFA) Manuel Dantas UCNOB ACAPO
- . Pres. mesa: José Arruda/moderador: Lavouras Lopes (grupo de trabalho sobre formas de tratamento dos deficientes)
- . Local: Biblioteca ADFA
- . Lançamento de uma brochura (20 anos, ADFA)
- Obs.- O restaurante da ADFA estará preparado para servir jantares a quem desejar afim de se poder dar continuidade ao encontro.

Dia: 14 Maio 94 - Sábado
Hora: 13.00 horas

Comemoração “20 anos ADFA”

- Almoço confraternização/Lançamento do medalhão comemorativo “20 anos ADFA”

OBS. - Serviço Associativo e Cultural (trata das inscrições para o almoço, 900\$00 não inclui serviço de bar)
- Marcações Dª. Elizabete, Tels. 7570502/83 - até 12 de Maio.
- Lançamento do medalhão comemorativo “20 anos ADFA”

- O programa de festas das Delegações do Porto e Viseu, estão anunciadas nas pag. 15 e 14 respectivamente.

SELF SERVICE BAR

Refeições diárias incluindo sábados, domingos e feriados

HORÁRIOS DE REFEIÇÕES
Almoço das 12:00 às 14:00
HORÁRIO DO BAR
10:00 às 22:30

A refeição: sopa, prato guarnecido, pão e sobremesa — 600\$00
Frequentar o SELF SERVICE e o bar é implementar e incentivar um serviço que se quer de qualidade, ele é para ti, porque tu o mereces.



SALA DE REFEIÇÕES



SERVIÇO DE RESTAURANTE

Serviço diário de almoço e jantares incluindo sábados, domingos e feriados, com o ambiente e qualidade que apostamos, em te proporcionar.

HORÁRIO DE REFEIÇÕES
Almoço das 12:00 às 14:30
JANTAR das 19:00 às 22:00

Vem e verás que é verdade

ACTIVIDADES DA DIRECÇÃO CENTRAL 1993

INTRODUÇÃO

A ADFA, como Organização responsável teve sempre a capacidade de se auto-avaliar.

É formalmente através da apresentação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção Central à Assembleia Geral Nacional, no qual se transcreve toda a actividade desenvolvida, pelos Órgãos Nacionais, das Delegações, associados e trabalhadores, que se pode em discussão positiva e participada, encontrar a rota segura e dinâmica, para continuarmos a garantir a defesa dos legítimos direitos dos Deficientes Militares.

I - Actividade Interna

SEDE NACIONAL

O ano de 1993 ficará para sempre marcado no historial da ADFA, como o ano da mudança. Em cerimónia presidida pelo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e Novas Tecnologias de Defesa, em representação de Sua Excelência o Senhor Ministro da Defesa Nacional, foi descerrada a placa que assinala a presença da ADFA, no Palácio da Independência, desde 14 de Maio de 1974.

Os 19 anos vividos naquele Palácio, foram e serão para o futuro, um facto histórico de extraordinária riqueza que honra a ADFA e os Deficientes das Forças Armadas, e que deverá merecer permanente estudo e divulgação.

Durante a fase final da construção da Nova Sede, visitaram a Obra no início do ano, o Secretário de Estado do Equipamento e Novas Tecnologias de Defesa, Dr. Eugénio Ramos, que na oportunidade manifestou o empenhamento do Governo no apoio a esta obra.

Visitou-a também o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Jorge Sampaio, que se fez acompanhar pelos Vereadores Machado Rodrigues, e Vasco Franco e Coronel João Villalobos, membro da Assembleia Municipal.

Durante o ano, continuou a ADFA a receber os apoios financeiros do MDN do MESS e dos Associados, tendentes à conclusão da Obra, sendo

ainda de realçar sem recorrer à citação de nomes, o empenhamento e dedicação a tempo inteiro daqueles que, durante os 4 anos de construção, contribuíram decisivamente para a finalização da nossa Sede.

Terminada a construção, foi a Nova Sede inaugurada por Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, Professor Dr. Aníbal Cavaco Silva, em 19 de Novembro, tendo estado presentes na cerimónia, Suas Excelências os Senhores Ministro da Defesa Nacional, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Secretário de Estado do Emprego e Segurança Social em representação do Ministro do Emprego e Segurança Social, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Secretário de Estado da Defesa Nacional, Secretário de Estado do Equipamento e Novas Tecnologias de Defesa, Chefes dos Estados Maiores dos 3 ramos das Forças Armadas, Eng^o Cruz Abecassis, para além de outras entidades civis e militares, bem como membros dos Órgãos Nacionais das Delegações, associados e amigos da nossa casa.

A ADFA prestou o seu reconhecimento público, ao apoio recebido do Governo, Câmara Municipal de Lisboa, Instituição Militar, entidades civis e associados da ADFA, que tornou possível a concretização desta obra.

Ao usar da palavra, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Dr. Jorge Sampaio, considerou este, um momento de reconciliação nacional, felicitando a ADFA pelo trabalho desenvolvido, persistência e querer.

Em cerimónia simples mas digna, reconheceu o Senhor Primeiro Ministro, a razão e vontade que nos assistiram para levarmos a bom termo a concretização deste sonho, tornado enfim realidade.

A envolvimento dos dirigentes e associados de todo o país nos dias 19 e 20, garantiram que a Sede Nacional, foi um propósito firme da ADFA, que consolidou a coesão associativa e se tornará um polo aglutinador da vontade e anseios dos Deficientes das Forças Armadas.

LEGISLAÇÃO

Esta matéria continuou a merecer as preocupações da ADFA, que em permanentes contactos com o MDN, via Secretaria de Estado da Defesa Nacional, desenvolveu todos os esforços, tendentes à adopção de várias medidas legislativas.

Esta é e será sempre uma tarefa prioritária, exigindo grande esforço e capacidade de negociação, de forma a manifestar ao Governo, que as nossas reivindicações são justas e tardam na sua publicação.

Através do trabalho desenvolvido, foi alargado aos Deficientes Militares o direito de usufruírem da isenção do pagamento dos 25%, sobre os medicamentos, tal como o praticado em relação aos militares em situação de reforma.

A ADFA teve grande participação na elaboração da alteração do Decreto-Lei 103/A/90 de 22 de Março, já que em face da referida alteração, foi aumentada a cilindrada dos veículos automóveis, aliás como a ADFA sempre defendeu.

Desde o MDN, Ministério das Finanças e SNR, a ADFA não se eximiu à sua participação e intervenção, constatando-se que a questão legislativa, terá sempre que merecer um acompanhamento permanente e especializado, sem esquecer o importante contributo que os associados têm dado a esta matéria.

Através de Despacho do Ministério das Finanças, os subsídios de invalidez e de 3^a pessoa, deixaram de estar sujeitos a englobamento para liquidação de IRS.

Um dos objectivos prioritários da ADFA é que, o mais rapidamente possível, o Governo reconheça, que a nossa pensão deve ter carácter indemnizatório, de molde a que sobre a mesma não recaia o pagamento de qualquer imposto.

A verdade é que a Lei do Orçamento entretanto aprovada, reduz as deduções específicas das pensões, o que agravou a situação tributária de alguns Deficientes Militares.

A ADFA, continuará a envidar esforços, para que de uma vez por todas, o Estado entenda

que o Serviço Militar obrigatório, ao exigir até o sacrifício da própria vida, torna injusto que recaiam impostos sobre a recompensa material, que a Nação nos estipulou.

A Direcção Central desenvolveu imensos esforços, para que fosse repositivo o espírito e a letra dos Decretos-Lei 358/70 de 29 de Julho e 43/76 de 20JAN de forma a garantir, que os Deficientes Militares e descendentes ficassem isentos do pagamento de propinas, o que não estava clarificado, na alteração produzida àqueles Decretos, com a publicação do Decreto-Lei 20/92 de 14 de Agosto (célebre lei das propinas).

Este assunto foi objectivamente esclarecido, dando razão às nossas reivindicações, através do Parecer N^o 21/93 da Procuradoria Geral da República, publicado no D.R. N^o 295 de 19 de Outubro de 1993.

Encontram-se ainda vários projectos de Decreto-Lei em permanente negociação com o Ministério da Defesa Nacional, nomeadamente a acumulação da pensão de invalidez com a pensão de reforma, para os abrangidos pelo Decreto-Lei 498-E/A/72, a reposição do subsídio de risco para os DFA's Paraquedistas, a implementação dos escalões, a atribuição de pensões aos acidentados sem qualquer reparação material até ao momento e a atribuição de pensão às viúvas de Deficientes com incapacidade inferior a 60%.

Entretanto a elaboração do estatuto do Deficiente Militar, continua a merecer a nossa preocupação, tendo já sido entregue no MDN um documento em que a ADFA apresenta os seus grandes objectivos, cuja razão fundamental é ver aprovada uma lei, onde se integre toda a legislação específica dos Deficientes Militares.

REABILITAÇÃO

Com o avançar da idade dos Deficientes Militares particularmente, e com o equacionar das respostas do seu dia-a-dia, foi-se acentuando o debate interno, no sentido de se encontrarem as melhores soluções para os problemas actuais, nas áreas do apoio social, as-

sistência médica, apoio protésico, ajudas técnicas, internamentos hospitalares e em lares.

Foi constante a procura dos serviços pelos nossos sócios, nomeadamente no que respeita a consultas das várias especialidades, de clínica geral, psiquiatria e psicologia.

Constatou-se que esta área dos nossos serviços, terá que continuar a merecer toda a nossa preocupação, por forma a que os sócios e seus familiares, quando encontram pela frente anomalias na assistência a nível oficial, recorram de imediato à nossa Associação, e aqui possam encontrar resposta eficaz e atempada, às carências e problemas com que são confrontados.

A ADFA continuou a dar apoio aos seus associados, tanto nos hospitais militares, como nos Lares, outras instituições e domicílios.

Procurou melhorar-se o nível dos nossos serviços, no sentido de ser adoptada a atitude consentânea que devem ter os nossos trabalhadores, incluindo o pessoal técnico, por forma a assegurar que em qualquer momento ou situação, os nossos associados se sintam em Sua casa e em família.

Constata-se que em alguns aspectos, o sistema de assistência médica e protésica aos Deficientes Militares, continua a funcionar pontualmente, de forma desumanizada, onde impera a burocracia, pondo em causa os direitos legítimos e a dignidade dos mesmos, tendo-se empenhado a Direcção Central, aos vários níveis, no sentido de desbloquear e ultrapassar tais situações.

A inoperacionalidade do serviço de utentes do Hospital Militar, tem acarretado várias incompreensões e lacunas, pelo que contínuaremos a defender a sua devida implementação.

Reconhece-se como decisiva a necessidade do real funcionamento do serviço destinado a equacionar o problema dos Deficientes das Forças Armadas previsto na Lei Orgânica do MDN, na Direcção Geral de Pessoal daquele Ministério, onde em todos os momentos e circunstâncias, a ADFA deverá ter acentuado o apoio social, as-

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

Face aos desafios e à dimensão do trabalho já desenvolvido, a Direcção Central da Delegação do Porto, após audição da Comissão Directiva do Centro conjuntamente, concordaram em estudar e aprofundar, a forma como a ADFA através dos Órgãos competentes, intervirá activamente, no acompanhamento e gestão, do referido Centro.

Os serviços que o Centro presta à comunidade nas várias valências, têm sido amplamente reconhecidos pelas entidades oficiais, bem como pelos utentes, devido à sua qualidade, contando para tanto o esforço desenvolvido, tendente a ajustar o trabalho técnico com a vertente humana.

Relativamente à Engenharia da Reabilitação, destaca-se o funcionamento da oficina ortoprotésica, pelo elevado número de próteses produzidas e também reparadas, num total de 228. Quanto às ortóteses, os produtos mais procurados foram as palmilhas ortopédicas, que se cifram em 26 e ainda os aparelhos de marcha em número de 15.

Foram conferidas ao Centro nomeações que aumentam as suas possibilidades de intervenção e, sobretudo, permitem a integração de respostas e tornam mais cómodos os processos para os utentes:

§ Centro de Informação e Aconselhamento da Rede HANDYNET

§ Centro Especializado para Atribuição de Ajudas Técnicas

§ Centro Financiador de Ajudas Técnicas Profissionais

Para além do domínio da Engenharia de Reabilitação, foi desenvolvido um trabalho importante ao nível da Avaliação/Orientação e da Engenharia de Formação, no sentido de desenvolver a capacidade técnica de intervenção na orientação, na formação e integração profissional dos dois grupos dominantes de população do Centro: deficientes motores e mentais.

O Centro tem privilegiado o contacto institucional, para o encaminhamento dos casos com que é defrontado e para que haja sempre uma di-

vulgação correcta e adequada dos serviços prestados aos seus utentes.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Com a experiência adquirida nos anos anteriores, continuaram a reformular-se os programas, de acordo com a especificidade dos formandos, bem como se discutiram e adoptaram novas metodologias de trabalho, no sentido de se atingirem resultados positivos, que na pratica garantam a plena integração sócio-profissional dos nossos formandos.

Continuaram a desenvolver-se os projectos de formação, com o apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional e Fundos Comunitários, no qual se inseriram associados da ADFa e também pessoas portadoras de deficiência não associadas.

Foi assumido o princípio base de que o êxito desta política de reabilitação, resulta da interacção do conjunto de intervenientes, técnicos e formandos, ressaltando sempre como imprescindível a participação da pessoa com deficiência, garantindo-lhe uma real autonomia a todos os níveis, proporcionando a integração, profissional, familiar e social que se pretende atingir.

Esta filosofia, resulta da experiência adquirida desde a fundação da nossa Associação, que sempre se pautou pela intervenção activa, e directa das pessoas com deficiência, no seu próprio processo de reabilitação.

No ano de 1993 foram ministrados os seguintes cursos:

Técnico Ceramista: 25 Formandos

Técnico de Artes Gráficas: 26 Formandos

Técnico de Sistemas Eléctricos e Electrónicos: 36 Formandos

Escritório Electrónico: 22 Formandos

VIDA ASSOCIATIVA

SEDE

Verificou-se durante o ano de 1993 um significativo aumento do interesse, por parte dos associados na sua participação nas actividades colectivas quer realizações da Sede quer das Delegações e Núcleos.

O momento mais alto e significativo de tal empenhamento, verificou-se

no acto eleitoral por a nível estatutário e de intervenção ser o de maior responsabilidade associativa, que a todos os sócios cumpre assumir.

Embora só na Delegação do Funchal se tivessem apresentado a sufrágio mais do que uma lista, foi significativa a presença a este acto além do convívio e reencontro entre todos nós, que por vezes só acontece dentro das nossas instalações e em momentos de igual solenidade.

Os associados no entanto durante todo o ano, disseram sempre presente ao conjunto de actividades efectuadas por todo o país logo que lhes foi feito o chamamento e dado que muitas das realizações importantes, ocorreram nas Delegações, serão evidenciadas no espaço que meritóriamente lhes é reservado neste relatório. Debruçar-nos-emos agora mais directamente sobre as que ocorreram na área da Sede: Foram momentos ímpares e do mais alto significado, não os deslustrando qualquer imprevisto pontual, os vividos e fortemente participados, por ocasião da Sessão Solene de saída do Palácio da Independência em 29 de Outubro e a inauguração da actual Sede Nacional em 19 de Novembro.

A envolvimento Nacional nestes dois marcos da história da ADFa não ficou por menos numerosa, a desmerecer da afluência e intervenção nas comemorações dos 19º aniversário do 25 de Abril e da nossa associação, ocasiões que mais voltadas para reflexão interna contribuíram para abrir ainda mais as portas do empenhamento e da dedicação, a todos os que criámos e fizemos viver esta casa durante quase 20 anos. O 19º aniversário do Elo em 23 de Novembro foi a prova de tal realidade.

Os núcleos da área da Sede, na sua participação no acto eleitoral, desenvolveram algumas actividades e encontros, cabendo destacar o piquenique organizado em Valado dos Frades pelo núcleo de Alcoaça, que juntou cerca de 150 pessoas e a Ribatejana noite fadista de S.Martinho que ultrapassou as 250 presenças, organizada pelo núcleo de Aveiras de Cima.

Não pode deixar de realçar-se a actividade deste último núcleo, na sua

participação directa na entrega ao domicilio dos cartões da ADME, na sensibilização junto dos deficientes militares da sua área que tem trazido para a ADFa novos sócios e em exposições locais que tem levado a efeito, com grande receptividade e apoio por parte de entidades e autarquias.

DELEGAÇÕES

BRAGANÇA

A actividade desta Delegação, continuou a pautar-se pelo esforço desenvolvido, tendente a manter um contacto efectivo com os associados, nomeadamente para esclarecimento atempado dos seus deveres, o que vem fomentando uma maior ligação dos sócios à ADFa.

Foram ainda envidados todos os esforços, para através de um contacto mais aprofundado com as autarquias desta zona, chamar a atenção para as necessidades mais significativas das pessoas deficientes, nomeadamente ao nível das barreiras arquitectónicas.

Muito embora o volume de vendas da secção comercial (material ortopédico) desta Delegação, tenha sofrido uma diminuição, considera-se ainda assim, que houve uma procura positiva dos seus serviços, o que para além do aspecto comercial, tem também o objectivo de tornar cada vez mais conhecida a Associação, facilitando desta maneira o trabalho a desenvolver nesta região.

COIMBRA

A nossa Delegação de Coimbra, privilegiou a sua actividade no vector externo, sem descurar o apoio aos seus associados.

Salienta-se da sua actividade externa, as inúmeras participações em colóquios, debates, jornadas de informação em escolas e outras instituições, que se revelaram de extrema importância para a alteração de mentalidades no sentido de que o papel e os objectivos da ADFa, são consensuais e anseios sentidos pelos seus associados.

Realçam-se desta actividade a participação da Delegação no colóquio organizado pela C.M.C., Associação Académica de Coimbra, Sindicato dos Professores e Revista

Vértice, sob o tema Guerra Colonial, Estado Novo e Regime Democrático, onde estiveram presentes Delegações da Sede, tal como a participação activa, nas jornadas do "Dia Nacional do Deficiente/Reabilitação-93"

No âmbito dos serviços prestados aos sócios, a Delegação apesar de lutar com algumas dificuldades e condicionantes, não deixou de cumprir na íntegra todas as solicitações que lhe foram apresentadas, nomeadamente a resolução de problemas sociais e agravamento de situações clínicas, que motivaram uma grande afluência de sócios.

Como vem sendo hábito, os serviços da Delegação, deslocaram-se em prestação de apoio domiciliário, junto de associados e familiares com maiores carências.

ÉVORA

A transferência de instalações desta Delegação mereceu durante este ano, um particular empenhamento.

Foram efectuados vários contactos com o General Comandante da Região Militar Sul, que deu valioso contributo para se consumir uma reinstalação digna.

Alguns sócios que estavam desligados da Associação, retomaram o contacto com esta Delegação, revelando o esforço que tem sido feito, tendente à sua imprescindível participação.

Momento a destacar, a festa de Natal, que juntou bastantes sócios e onde a convite desta Delegação, a Direcção Central se fez representar.

FARO

A actividade associativa e o contacto com os seus elementos, foi uma constante do trabalho desta Delegação, salientando-se a participação na Festa de Natal.

A ADFa, esteve representada em vários actos públicos pela Direcção da Delegação, salientando-se entre outros um evento realizado com o patrocínio da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, onde estiveram presentes o Secretário de Estado da Cultura, entidades civis e religiosas.

Foi desenvolvido um árduo trabalho, tendente a ultrapassar a questão das instalações da Delegação, estando garantido

pela entidade responsável, que não será posta em causa a sua permanência no espaço que actualmente ocupa.

FUNCHAL

O ano de 1993, foi marcado essencialmente pela realização de eleições, influenciando de forma significativa o trabalho desta Direcção, uma vez que a mudança verificada com o seu resultado, obrigou a todo um esforço de acompanhamento e renovação do dia-a-dia, para além de novas medidas postas em prática e tendentes a chamar os associados à ADFa.

Das actividades desenvolvidas pela Delegação, salientou-se a remodelação das instalações, aumentando-se o espaço destinado ao atendimento dos sócios e o processamento do pagamento da quotização através de desconto em conta bancária.

No que se reporta ao convívio entre associados, merece uma menção especial porque muito participado, o de 19 de Setembro que congregou cerca de 250 participantes. Para o êxito desta jornada em muito contribuiu a dedicação dos sócios, sem cujo apoio difícilmente se teria conseguido tal sucesso.

No Natal, como vem sendo habitual realizou-se o tradicional encontro de sócios, com distribuição de brinquedos às crianças.

Fazendo referência às relações institucionais desta Delegação, assinala-se a presença da mesma em actos significativos, levados a efeito por entidades civis e militares, reforçando assim a forma digna, de que se reveste a postura da ADFa, naquela zona do País.

Lutando esta Delegação com o problema da dispersão dos sócios, salienta-se, por relevante, o trabalho desenvolvido no sentido de congregar os mesmos em torno da Associação.

PONTA DELGADA

As reuniões de trabalho com os associados das diferentes ilhas, onde foram tratados diversos assuntos de interesse geral e individual, foram o ponto mais marcante da vida da Delegação.

Em audiência concedida por Sua Excelência o Senhor Ministro da Re-

pública, a Direcção da Delegação abordou vários assuntos, que dizem respeito à integração dos Deficientes Militares residentes nas Ilhas.

Face ao êxito alcançado pelas I Jornadas de Sensibilização da ADFa/Açores, acordou-se estudar a programação da realização de outras Jornadas idênticas.

PORTO

Como tradição, tem esta Delegação mantido um permanente contacto com os associados, através dos Serviços da Delegação e também por meio de reuniões descentralizadas, em vários núcleos de associados.

Para além dos dias normais, o primeiro sábado de cada mês, continua a ser um dia em que a procura dos serviços, é muito solicitada, havendo assim um salutar contacto entre os associados e seus familiares e Órgãos de Delegação.

No que se refere ao apoio social, e apesar de não possuir recursos técnicos, a Delegação do Porto, continuou a desenvolver uma acção de mérito nesta área.

Foi feito um acompanhamento a sócios, quer ao domicilio, quer a reclusos em estabelecimentos prisionais da zona abrangida por esta Delegação.

Sendo convicção que a criação de Núcleos é uma forma de otimizar a vida associativa, mas carecendo para tanto da colaboração e do tempo disponível dos associados, para se poder concretizar tal medida, continua a Direcção da Delegação empenhada no apoio aos sócios, residentes em zonas mais afastadas, com os meios de que actualmente dispõe.

Para tanto realizaram-se reuniões com a colaboração da MAGD, em várias localidades dependentes geograficamente da Delegação, designadamente Amarante, Cabeceiras de Basto, Chaves, Paredes, Penafiel, Ponte da Barca, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Valença, Valongo, Viana do Castelo, Vila do Conde e Vila Real.

Aos vários níveis a Delegação participou em actividades de carácter nacional, das quais, entre outras, se destacam:

- A inauguração da Nova Sede;

- O aniversário da ADFa;

- As comemorações do 25 de Abril;

- A colaboração com o Jornal "Elo", entre outras.

Esta Delegação continua a desenvolver uma actividade, orientada para a resolução dos problemas dos deficientes em geral.

Salienta-se desta actividade, o projecto apresentado por esta Delegação, para a criação de um Sistema de Informação e Apoio ao Deficiente, bem como a participação efectiva na organização da AJUTEC e na campanha "Salvar Vidas em Angola".

A continuação da recuperação de quotas em atraso tem sido uma realidade bem como o aumento da participação dos sócios na vida da Delegação.

VILA NOVA DE FAMILICÃO

Os Órgãos da Delegação de Famalicão, empenharam-se como sempre nas grandes questões associativas, tendo que reconhecer-se como lógica, a sua tomada de posição, em relação à Revisão Estatutária.

Para um melhor funcionamento da Delegação, foi desenvolvido um trabalho tendente a modernizar os serviços, com a implementação de meios informáticos.

No que diz respeito à gestão da Delegação, entendeu-se de comum acordo, entre a Direcção Central e a Direcção da Delegação, proceder a uma redução de pessoal, por forma a conseguir uma exploração mais equilibrada.

O aniversário da Delegação, bem como a Festa de Natal, voltaram a ser momentos em que os associados compareceram em grande número, o que revela a ligação existente entre aqueles e os Órgãos da Delegação.

VISEU

Esta Delegação da ADFa, continuou a dar a sua máxima atenção, ao desenvolvimento da vida associativa, já que inserida numa zona geográfica de grande desenvolvimento, viu também ela um grande crescimento das suas actividades.

De salientar a promoção de convívios entre os associados em Tondela e na Guarda, a que estiveram presentes membros da Direcção Central; a convite daquela Delegação.

Dando particular atenção a todos os problemas com que se debatem grande parte dos nossos associados, em termos de deslocação às instalações da ADFa, nas zonas fora da grande Lisboa e grande Porto, está esta Delegação a envidar todos os esforços junto das entidades competentes, para conseguir instalações condignas destinadas ao Núcleo da Guarda, naquela cidade.

Na linha de modernização dos serviços da ADFa, a Delegação de Viseu pretende a curto prazo informatizar-se, a fim de melhor servir os associados da sua zona.

§ O interesse associativo a nível Nacional, o ideal sempre manifesto da questão do engrandecimento da ADFa, a vontade demonstrada de conhecer e participar, criadas que estão, novas e funcionais condições de desenvolvimento de trabalho na actual Sede

Nacional, relançada filosofia e objectivos pela revisão estatutária, são o conjunto de certezas de que todos juntos conseguiremos continuar a levar para a frente a nossa associação, para horizontes ainda mais vastos quer no plano nacional quer internacional, porque a nossa dignidade e direitos só serão reconhecidos enquanto demonstrarmos vida, força e união.

REVISÃO ESTATUTÁRIA

O ano de 1993 no que à Revisão Estatutária se refere depois de algumas posições pouco flexíveis entre os subscritores dos diversos trabalhos apresentados no ano anterior, saldou-se por uma maior aproximação e entendimento, contribuindo seguramente para tal facto a reunião havida em Fevereiro na Tocha e o aparecimento de um documento que definindo embora ainda só linhas filosóficas, permitiu uma maior proximidade de ideias e foi apresentado na reunião de 17 de Abril na Delegação do Porto.

Na sequência do desejo de concluir este processo, a mesa da Assembleia Geral Nacional que o tem vindo a dinamizar apresentou ao Conselho Nacional Extraordinário de 16 de Outubro, um calendário para a sua realização até ao mês de Outubro do ano de 1994, que viria a ser aprovado.

Processo culminante de mais um ciclo de vida da ADFa porque cada renovação de estatutos depreende inovação e salto qualitativo na forma de funcionar e na própria postura de uma organização. Espera-se do novo documento a aprovar, mais um sopro que identifique a chama que conduzimos há 20 anos, enquadrando cada vez mais a nossa associação no grupo das instituições dinâmicas e activas, que sabem permanentemente auto analisar-se para proceder da forma mais correcta na defesa dos seus associados, intervindo coerente e eficazmente no seio do movimento associativo de deficientes e na sociedade, na esteira dos seus 20 anos de história que são o capital mais rico que dispõe para enfrentar o presente e garantir o futuro.

O ELO

O nosso jornal continuou a constituir um factor de congregação entre todos nós, um privilegiado meio de informação e comunicação que se tem demonstrado para além do nosso seio, a assinantes, leitores, entidades e organismos públicos e privados como perfeito espelho da nossa casa: o que somos, o que queremos, o que realizamos.

Coincidindo com a instalação na actual Sede Nacional, e o seu 19º aniversário, recebeu o "Elo" uma nova forma de apresentação que o tornou mais agradável visualmente a par de alguma renovação de conteúdo e do modo de informar que tornaram mais atractiva a sua leitura. Muitas soluções têm sido propostas no sentido da sua renovação, mas apreciadas todas elas, inventariados os meios disponíveis para a sua elaboração, a tradição do seu formato durante 19 anos, pareceu de bom senso remodelar e renovar e não substituir toda a prática anterior.

Foram dados mais passos, embora tímidos, no acesso à informática para a feitura do "Elo", que durante o ano de 1994 e com o apoio de mais algum material poderá tornar possível a sua maquetagem e paginação não só a preto e branco, como a cores, numa tentativa sempre desejada e desejável de que logo que também devidamente equipada, a nossa Tipografia-Escola possa vir a proceder à sua impressão.

O "Elo" em suma, foi e será sempre aquilo que todos os sócios da ADFa quiserem que seja. O esforço da equipa que o elabora será insano, se o "Elo" não for lido criticado e participado como veículo de comunicação, que é uma referência quer na área militar, quer na dos cidadãos portadores de deficiência.

O nosso jornal com o leque de meios que dispõe muito longe de serem os desejáveis, vai continuar a sua missão aglutinando-nos em volta do projecto comum, fazendo chegar a nossa voz aos locais onde queremos que seja ouvida, cumprindo, como lhe compete, a sua função: a tarefa de contribuir para a alteração de mentalidades para com a pessoa deficiente, no sentido do aparecimento de uma sociedade mais justa e solidária onde todos tenham espaço para viver em dignidade e felicidade.

SERVIÇOS NACIONAIS

A procura dos serviços da Sede, revela que a ADFa responde com credibilidade aos sócios bem como àqueles que pela 1ª vez nos contactam, para além de cada vez mais se avolumarem as inúmeras solicitações dos serviços oficiais e das entidades particulares.

Foi necessário, estudar a forma de reformular os serviços para serem mais eficientes e acima de tudo mais personalizada, pois concretamente a ADFa é acima de tudo, uma estrutura humanizada.

As novas tecnologias, são neste momento já um instrumento bastante utilizado na nossa casa, e por isso foi aprovado um projecto de informatização dos serviços de âmbito nacional, que consta de uma rede que será alargada às Delegações. O programa instalado, elaborado na ADFa, é o resultado de uma experiência de 20 anos de trabalho, e a sua utilização irá garantir uma melhor prestação de serviços.

A Secretaria, o Contencioso e o Apoio Jurídico, prestaram serviços aos Associados e às Delegações e Núcleos da ADFa, desde informações a interpretação da legislação, que promoveram contactos com os vários serviços de âmbito

militar e Estado (C.G.A., C.G.D., Autarquias, Tribunais). É justo reconhecer o empenho de todos os trabalhadores, que permanentemente difundem a mensagem da ADFa e que promovem a circulação da informação.

O ano transacto caracterizou-se por uma azáfama específica, já que, em sintonia com os serviços das ADME's a ADFa se responsabilizou pela distribuição de todos os cartões de beneficiários, que atingiram cerca de 20.000.

Foram admitidos 173 sócios efectivos, estando em estudo a admissão de 92 sócios pendentes, os sócios falecidos foram 20.

O apoio jurídico, foi uma actividade bastante solicitada pelas Delegações e Associados. Este sector foi também responsável pela elaboração de projectos de Decreto-Lei e análise de vária legislação.

DEPARTAMENTO ASSOCIATIVO E CULTURAL

Este Departamento da ADFa, manteve ao longo do ano, a ligação entre a Sede, Delegações e Núcleos, do que resultou a promoção de várias actividades de índole associativa e cultural, ao nível nacional e local.

Através dos seus serviços, transmitiu-se a várias entidades, que quiseram conhecer a nossa realidade, a experiência da nossa organização e o nosso posicionamento relativamente à Sociedade em que estamos inseridos.

O atendimento personalizado de bastantes associados, continuou a ser uma acção que se revestiu de grande importância para os sócios, pois ali se encontrou uma palavra e um caminho, comprometendo-se a instituição a ter a capacidade de ouvir os seus membros, para que eles também sintam que as suas ideias contribuam decisivamente para fortalecer o ideal da ADFa.

Das actividades desenvolvidas já realçadas no capítulo da vida associativa, merece destaque o apoio prestado ao criado Grupo de Trabalho para Estudo das Formas de Tratamento dos Deficientes e muito especialmente, para a concretização do colóquio levado a efeito em 14 de Maio, su-

bordinado ao tema "Barreiras Culturais da Integração", com intervenções de elevado nível e presença muito significativa de organizações e Associações de Deficientes.

TIPOGRAFIA

A crescente dinâmica da Tipografia-Escola da ADFa, reabilitando, formando e dando emprego, com o apoio dos IEFEP para além de angariar significativas receitas para a Associação, torna-a um factor de desenvolvimento decisivo para a ADFa.

Tal facto de ano para ano constata, fica sem dúvida a dever-se à grande vontade dos seus trabalhadores, cientes de que a Associação, pretende e necessita cada vez mais de gerar riqueza, que lhe permita uma maior independência no futuro.

Para tanto, desenvolvem-se diligências, tendentes à obtenção de novas instalações, em cooperação com o Ministério da Defesa/Direcção Geral de Infraestruturas e Ministério do Emprego/Serviço de Reabilitação.

Com a futura instalação será garantido um novo ciclo da vida da Tipografia-Escola, na sua importante vertente de reintegração e formação da pessoa deficiente.

II - ACTIVIDADE EXTERNA

RELAÇÕES NACIONAIS

Considerado de vital importância o estabelecimento de contactos permanentes com as várias instituições da Sociedade Portuguesa, tornou-se este vector da política da ADFa, particularmente activo, pois o Estado, a Administração Pública e a Sociedade civil devem manter um permanente diálogo, no sentido de equacionar os problemas e responder com eficácia e atempadamente aos anseios dos deficientes das forças armadas.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Foram estabelecidos contactos ao nível do Parlamento, em que se trataram assuntos que dizem respeito aos Deficientes das Forças Armadas.

Mais uma vez, fomos convidados a participar nas cerimónias oficiais do 25 de Abril a convite de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL**

Dependendo a política de reabilitação de apoio aos Deficientes das Forças Armadas, por excelência ao Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. Figueiredo Lopes, foram mantidas com este membro do Governo audiências cujas agendas trataram temas como:

Sede; Legislação; Lar Militar/Lar Runa; Assistência Protésica; Serviço de Apoio aos Deficientes militares na Direcção Geral de Pessoal; Assuntos no âmbito da Federação Mundial de Antigos Combatentes e outros.

Considerámos sempre as audiências momentos importantes, onde se tem procura do que o Governo, já sensibilizado conhece os problemas concretos, e tome as medidas legislativas que venham eliminar ainda as lacunas ainda existentes.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURAS E NOVAS TECNOLOGIAS DE DEFESA

Foram apresentados ao Secretário de Estado das Infraestruturas e Novas Tecnologias de Defesa um projecto para implementação de uma oficina de próteses e ortóteses no Lar Militar, bem como assuntos ligados à Sede e transferência da Tipografia-Escola da ADFA.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Mantidos contactos com Sua Excelência o Ministro do Emprego e Segurança Social, para tratar de assuntos ligados à Sede e à Política Nacional de Reabilitação.

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

Continuou a participar-se no grupo de diálogo constituído por 22 ONG's, as quais elegeram a ADFA e a UC-NOD para as representa-

rem no Conselho Nacional de Reabilitação.

Verifica-se e reconhece-se que a não realização do Conselho Nacional traz prejuízos à implementação da política de reabilitação, por tal facto é desvirtuado o papel do SNR como organismo a quem compete ser o garante e coordenador da aplicação da política nacional de reabilitação, que deve ser participada e discutida ao nível do Conselho Nacional de Reabilitação.

Foi aprovado em 2 de Dezembro o Despacho Conjunto dos Ministérios da Educação, das Obras Públicas Transportes e Comunicações, da Saúde e do Emprego e da Segurança Social, que define o Plano Nacional de Acção para a Reabilitação até ao ano 2000.

Participámos nas actividades do Dia Nacional do Deficiente realizado em Coimbra, durante o qual a ADFA como ONG chamou a atenção para a pouca participação directa nestas acções, propondo que em futuras realizações, o programa seja adoptado após prévia discussão e participação de todos os interessados.

INSTITUIÇÃO MILITAR

Mantiveram-se vários contactos com a Instituição Militar e aos vários níveis a ADFA continuou a manifestar o seu entendimento, de que considera a Instituição Militar como elemento preponderantemente, comprometido com a resolução directa dos problemas de integração dos DFA's, concretamente através dos serviços dos Hospitais Militares e dos que instruem e decidem os seus processos.

AUTARQUIAS

Já que considerada de vital importância a relação com a comunidade, a ADFA desenvolveu contactos com Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, estruturas do poder local, onde em conjunto, deve ser discutido e analisado o processo de integração social dos Deficientes Militares em particular e dos Deficientes em geral.

CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

No seio da Comissão executiva do Monumen-

to, a ADFA contribuiu para que os objectivos iniciais, fossem atingidos com dignidade e respeito, para com todos aqueles que chamados a cumprir um dever, a ele deram o melhor das suas vidas, tendo a ADFA, proposto que a sua

Inauguração, fosse presidida por Sua Excelência o Chefe do Estado, Comandante Supremo das Forças Armadas.

XX

LIGA DOS COMBATENTES

A convite da Liga dos Combatentes a ADFA participou nas comemorações do Dia do Combatente, em 09 de Abril, no Mosteiro da Batalha e também nas comemorações do 81º aniversário do Armistício da I Grande Guerra de 1914-1918.

ASSOCIATIVISMO

Continuamos a dedicar toda a atenção ao papel do movimento associativo pelo que foram realizados vários contactos com associações de e para deficientes.

A A.D.F.A. assumiu no seio deste movimento grande responsabilidade com a sua eleição como ONG para a defesa das pessoas deficientes, no conselho nacional de reabilitação. Quisemos, tal como queremos, continuar a merecer essa confiança, e por isso tudo fizemos para manter bem firme e objectiva a ideia de que a definição das políticas de reabilitação e a sua implementação, têm a ver directamente com o movimento associativo genuíno e independente por natureza e verdadeiro interprete, dos interesses daqueles que sofrem na carne e no espírito a marginalização da sociedade Portuguesa.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revela-se de particular importância, a actividade que a ADFA vem desenvolvendo no seio da FMAC, composta por organizações dos 5 Continentes.

A Comunidade Internacional está cada vez mais interligada, aproximando-se através dos grandes espaços sociais, políticos e económicos de carácter regional, continental e universal.

Neste âmbito é, fracamente positiva a nossa participação nos vários

Forums onde buscamos e transmitimos experiências, conhecimentos e realidades, de forma a contribuir para o reforço da dignidade e solidariedade, entre os deficientes de guerra e combatentes de todo o mundo.

Neste contexto da preparação da 6ª Conferência Internacional Sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, reuniu o seu Comité Preparatório, em Lisboa, presidido pela ADFA, em 23 e 24 de Janeiro, onde foi discutido e adoptado, o programa provisório da Conferência.

É imperioso destacar o empenhamento da nossa Associação, para que através de uma grande participação, fosse garantido o êxito da Conferência, reflectindo a realidade que emerge dos novos conflitos regionais aos quais a FMAC deverá prestar especial atenção.

Tratando-se de uma Conferência bipartida, com participação de Governos e ONG's, para os trabalhos da 1ª Reunião do seu Comité Preparatório, esteve presente, em representação do Secretário de Estado da Defesa Nacional, o Dr. Adérito Necho Pinto.

A ADFA no exercício da presidência da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC, esteve presente no Conselho da Europa na Reunião da Comissão dos Direitos Humanos, em Estrasburgo, onde têm assento 72 organizações.

Participámos também na Comissão da Revisão da Carta Social Europeia.

A ADFA esteve presente na 51ª Reunião do Conselho Geral da FMAC, em TAIPE a que acorreu elevado número de organizações filiadas. Das propostas discutidas e aprovadas salientamos duas: a que se referia à violação dos direitos humanos em Timor Leste e a que apelava à participação na 6ª Conferência Internacional Sobre Legislação em Lisboa, tanto por parte dos Governos, como das Associações membros.

Em Setembro a ADFA participou na 15ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, que se realizou em Istambul, onde se representaram 27 países e se discutiram assuntos de

grande interesse, para os deficientes de guerra e combatentes. A nossa Associação apresentou o relatório dos 2 anos de trabalho, em que presidiu à CPAE, e por proposta da Alemanha foi reconduzida na presidência, para o Biénio 1993/1995.

Esta reunião da Comissão Permanente, para nós foi considerada muito positiva pois a ADFA aí lançou ideias novas para que a FMAC contribua para a busca de soluções mais justas face às novas realidades que provêm dos conflitos nacionais, e do que deles resulta, para os seus deficientes de guerra.

Estivemos presentes na seguinte reunião preparatória da 6ª Conferência na Sede da FMAC, em Paris nos dias 4 e 5 de Dezembro, onde se fez uma exaustiva análise de vários aspectos e em particular da preparação dos documentos a enviar, aos governos e às associações membros.

COOPERAÇÃO

Recebemos em Portugal a visita da AMMIGA- Associação de Militares Mutilados e Inválidos da Guerra de ANGOLA tendo sido tratados assuntos específicos no que diz respeito a projectos de cooperação. Esta associação é o resultado da necessidade de apoio que sentem os inúmeros deficientes de guerra surgidos dos conflitos, ainda hoje reais, após a independência da República de Angola.

Esteve em PORTUGAL a nosso convite a A.C.I.M.E.- Associação Cultural dos Inválidos Militares de ESPANHA, afim de conosco participar a inauguração da nossa Sede. Na oportunidade trocámos conhecimentos com esta Organização sobre os problemas dos deficientes militares portugueses e os do país vizinho.

É do mais elementar direito de informação a prestar aos sócios da ADFA, comunicar o que de positivo tem sido conhecer os direitos, dificuldades e injustiças inerentes à legislação que Mundo fora são aplicados aos, como nós, Deficientes de Guerra para definir estratégia e reivindicação que garantam a dignidade

que lhes deve ser reconhecida pelo Estado Português.

CONCLUSÃO

O presente relatório é o resultado do trabalho desenvolvido, conforme as orientações dimanadas dos vários Órgãos Nacionais e das Delegações.

Foi relevante a participação dos associados a todos os níveis, na discussão, no debate e na crítica construtiva, sempre na procura da resposta mais correcta, para a solução dos nossos problemas.

Por isso estamos convictos, de que este é o caminho mais seguro, para garantir que a permanente defesa dos direitos dos Deficientes das Forças Armadas, será o produto da participação de todos os membros da nossa Organização.

A experiência destes vários anos de vida associativa foi e será cada vez mais importante, para podermos com firmeza, continuar a desenvolver o projecto ADFA, que é afinal e convictamente a certeza de um futuro de muito trabalho, mas digno, para todos os Deficientes Militares.

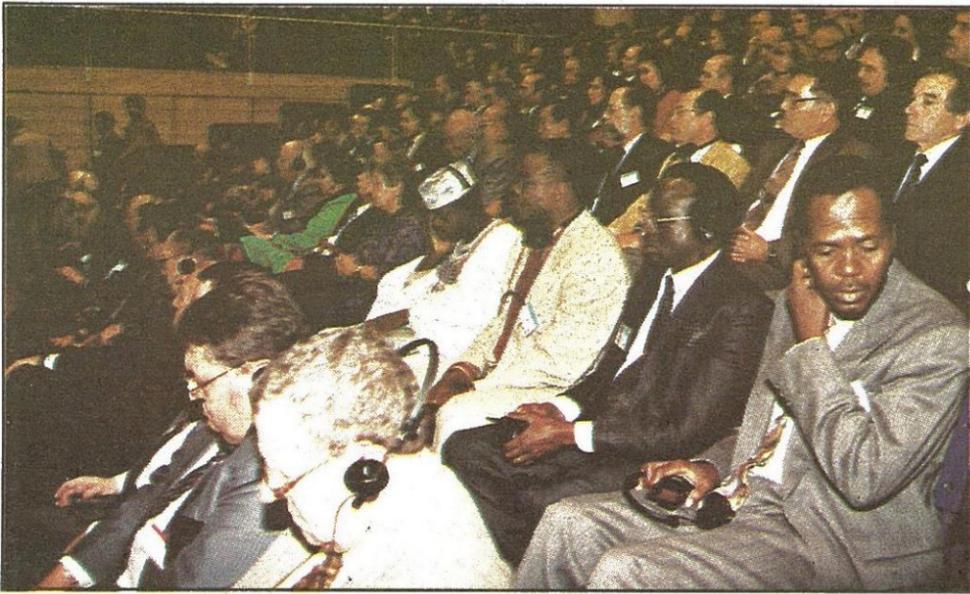
Mais uma vez, o reconhecimento da Direcção Central, a todos aqueles que contribuíram com o seu esforço, representantes dos Órgãos Nacionais, das Delegações e dos Núcleos, associados e trabalhadores, para consolidar a organização que somos.

Porque estamos integrados numa Sociedade, queremos manifestar o nosso agradecimento a todas as instituições que conosco repartiram no dia-a-dia, as preocupações e os anseios daqueles que representam.

Para os representantes do Estado, nos vários Órgãos de Soberania, vai a certeza de que a ADFA; em diálogo, em cooperação e numa participação activa, continuará intransigentemente a defender os direitos de todos aqueles que, ao serviço da Nação, deram o seu melhor, afirmando-se como uma responsável ONG.

P'la Direcção Central
O Presidente

(José Eduardo Gaspar Arruda)



Aspecto da audiência no Centro Cultural de Belém

Embora 12 de Março fosse o dia aprazado para a chegada dos participantes, já no dia 9 alguns começaram a chegar, tal como o Secretariado da FMAC para ultimização de todos os trabalhos que há algum tempo, conjuntamente com a ADFA, vinha sendo desenvolvido.

No dia 12, dia do início oficial da Conferência, chegaram a grande maioria dos delegados à mesma, quer representantes das organizações de Antigos Combatentes, quer dos respectivos Governos.

Nessa mesma manhã, e extra reunião, presidida por Miss June Willance, reuniu o Comité Permanente dos Assuntos das Mulheres, que abordou diversos temas relacionados com tal problemática, designadamente o novo entendimento a dar internacionalmente à noção de vítimas de guerra, com o pano de fundo do bem presente problema das mulheres e crianças bósnias.

Reuniu-se pela última vez, na tarde desse mesmo dia, o Comité Preparatório da Conferência, que analisou os últimos pormenores da organização e tomou conhecimento das individualidades candidatas à presidência e vice-presidência da reunião, tal como o respectivo grupo de redacção e os presidentes e relatores de cada uma das duas Comissões em que o encontro se iria dividir.

JANTAR EM S. JULIÃO DA BARRA

No dia 12, pelas 20:30H, e em amável convite do Ministro da Defesa de Portugal, foram os delegados obsequiados com um jantar no Salão da antiga cisterna do Forte de S. Julião da Barra, num ambiente já de franca comunhão. Nos brindes dirigidos aos congressistas, usou da palavra o Dr. Fer-

nando Nogueira, o presidente da Direcção Central da ADFA, José Arruda, e o presidente da FMAC, Van Lanschot.

Na manhã do dia 13, pelas 8:30H, reuniu o plenário da Conferência a fim de eleger os candidatos à presidência e vice-presidência da Conferência e fazer outros acertos, quer na Sessão Plenária, quer no seio das Comissões, salientando-se em tal reunião a eleição para presidente da Conferência do Ministro da Defesa Nacional de Portugal.

Como é de tradição em todos os grandes encontros internacionais da FMAC, foi prestada homenagem aos militares falecidos, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, no dia 13, pelas 10:00h, em cerimónia presidida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, Figueiredo Lopes, e que descrevemos com pormenor mais adiante.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA

Os delegados deslocaram-se depois para o Centro Cultural de Belém, onde decorreu a Sessão Solene de Abertura sob a presidência do Presidente da República e onde esteve presente também na Mesa o Ministro da Defesa Nacional, para além do presidente e do secretário geral da FMAC e do presidente da ADFA. Os interlocutores foram apresentados pelo presidente da MAGN.

O presidente da Direcção Central de ADFA, José Arruda, ao discursar na Sessão de Abertura, depois de cumprimentar todos os presentes, lembrou aqueles que morreram em África e em toda a epopeia dos Descobrimentos.

Frisou que vivemos ainda num mundo de guerra, de intolerância, e que esta Conferência vai na verdade tratar de mui-

tos assuntos ligados aos problemas dos combatentes no que diz respeito concretamente às suas pensões, à sua assistência médica enfim aos direitos humanos.

Disse que "ainda temos lacunas na nossa legislação em Portugal, mas penso que com o apoio que o Governo Português nos deu e o compromisso de estar connosco na resolução desta tarefa, é sinal que os problemas dos deficientes, neste caso das Forças Armadas, não estão esquecidos".

Afirmou a determinação da FMAC em lutar pela Paz e que a ADFA como sua digna representante em Portugal está disposta "a travar uma batalha que começou no dia em que fomos chamados para cumprir o dever militar e que nunca vai cessar enquanto existir um deficiente das Forças Armadas que não esteja integrado socialmente."

PRESIDENTE DA FMAC

O secretário geral da FMAC leu em seguida o discurso do presidente van Lanschot por o mesmo estar impossibilitado de o fazer por se encontrar doente.

Começou por agradecer a hospitalidade que estava a ser prestada a todos os conferencistas e realçou o dinamismo da ADFA na prossecução dos objectivos que concernem, àquela Federação e dos "esforços para contribuir para a edificação de um mundo de Paz, de Justiça, de Liberdade e de Solidariedade, um mundo fundado nos princípios da carta das Nações Unidas e dos princípios Internacionais dos Direitos do Homem".

Os conflitos bélicos que decorrem foram motivo de grande preocupação assim como o elevadíssimo número de vítimas ci-

vis que os mesmos causam, cerca de 80% do total. Mostrou particular preocupação com a sorte das mulheres e das crianças e com a reconstituição do tecido familiar dessas vítimas de guerra.

Mais adiante o presidente da FMAC referiu-se aos problemas levantados com uma nova classe de combatentes, os das forças de manutenção da paz, os Capacetes Azuis, assim como da situação que hoje se vive nos países da Europa Central e Oriental.

MINISTRO DA DEFESA DEFENDE POLÍTICA SOCIAL HUMANISTA

Depois do vice-presidente da FMAC usou da palavra Fernando Nogueira que discursou na dupla qualidade de Ministro da Defesa e presidente da Conferência.

Depois de saudar todas as individualidades presentes abriu a sua alocução com uma chamada de atenção para a "marcada vocação universalista" de Portugal.

Afirmou em seguida que "sem receio de ser desmentido, como Ministro da Defesa de Portugal, que Portugal talvez tenha uma das Legislações mais avançadas do Mundo nesta matéria, é obra inacabada com certeza, porque toda a obra humana é obra imperfeita e está sempre por terminar, mas se acentua o alcance e a dimensão da legislação portuguesa não é tanto para relevar o mérito que lhe pode estar subjacente por parte dos poderes públicos, refiro sobretudo porque a maior quota, a parte maior da legislação que temos deve ser atribuída de forma integral à Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas.

Afirmou depois que a ADFA e todos os seus dirigentes, especialmente o seu presidente: "merecem uma palavra de muito apreço quer por ter sabido com dignidade confinar a sua acção ao seu objectivo e objecto legítimo, quer pelo esforço posto na reintegração e na reabilitação dos deficientes militares portugueses".

Fernando Nogueira expressou a sua solidariedade para "com aqueles que o infortúnio diminuiu na total aptidão somática ou psíquica, tem que considerar que tal diminuição, por mais grave que seja, atinge apenas o accidental, deixando intacta a substância, substância que é a

dignidade do homem na sua dimensão moral e social. Têm por isso, a sociedade civil e o Estado, de serem enformados pelo humanismo que postula a solidariedade na existência, de proporcionar-lhes a integração plena de acordo com as suas faculdades (...). Seria em boa verdade inaceitável se aqueles que

dos os presentes e referiu-se aos valores do humanismo e da paz próprios do povo português.

Referiu-se também à acção "verdadeiramente exemplar e extraordinária como a ADFA "tem actuado, em situações às vezes difíceis e até contraditórias". Referindo-se à recentes provocações de que foi

Antigos e actuais belos à volta da m

6ª Conferência Internacional

A 6ª Conferência Combatentes e Lisboa, nos dias teve resultados mero de países mendações, 44, giu tais números

Contou es

individualidades: o Presidente da República que Centro Cultural de Belém, e que afirmou que "levamos de democracia, de liberdade e de paz exemplar e extraordinária"; o Primeiro Ministro, onde se comprometeu com algumas das ção, nomeadamente a tão esperada abertura da ma legislação, a problemática dos Lares, partici Serviço Militar para os filhos DFA's que o des foi eleito presidente desta Conferência, afirmou cutor válido em Portugal; o Ministro do Empi mente presente no Jantar de Despedida que se Defesa Nacional, que presidiu à Cerimónia de l o Secretário Nacional de Reabilitação que parti

Contou ainda a Conferência com um representante do Ministro da Defesa da Holanda e do S tes de Angola assim como outros representantes Houve um jantar oferecido pelo presidente da com os Embaixadores da França e da África de tante notada a presença do Marechal Spínola (Gomes.

Estiveram também associados de quase todos puderam partilhar a sua experiência com ce. Mundo.

Esta Conferência veio provar que é possível conflito e abriu pela primeira vez a discussão p das forças de manutenção da paz da ONU.

Mais de 80% das actua

são civis, sobretudo r

moralmente se engrandeceram, por fisicamente terem ficado diminuídos ao serviço da comunidade, fossem por esta marginalizados ou ignorados".

A terminar falou já na sua qualidade de Ministro afirmando que o Governo Português está disponível para apoiar a acção da FMAC "com um interlocutor privilegiado que temos, que é a Associação dos Deficientes das Forças Armadas".

PRESIDENTE DA REPÚBLICA APELA À PAZ

O Presidente da República foi o último orador. Começou por saudar to-



Figueiredo Lopes na cerimónia

a 16 de Março Capital Mundial

dignidade do homem na sua dimensão moral e social. Têm por isso, a sociedade civil e o Estado, de serem enformados pelo humanismo que postula a solidariedade na existência, de proporcionar-lhes a integração plena de acordo com as suas faculdades (...) Seria em boa verdade inaceitável se aqueles que

dos os presentes e referiu-se aos valores do humanismo e da paz próprios do povo português

Referiu-se também à acção "verdadeiramente exemplar e extraordinária como a ADFA "tem actuado, em situações às vezes difíceis e até contraditórias". Referindo-se à recentes provocações de que foi

vítima na inauguração do monumento aos Combatentes do Ultramar, disse que os dirigentes da ADFA "intervieram com uma enorme moderação e dignidade".

Sobre a Conferência que ali estava a ser aberta, o seu discurso incidiu essencialmente na temática da Paz, sobretudo em

África, disse a esse respeito que: "Nós conseguimos fazer a paz com a democracia e o 25 de Abril, estamos a festejar os 20 anos do 25 de Abril, e depois do 25 de Abril nós imediatamente pensámos que era imperativo nacional chegar à paz e ao cessar fogo nas nossas antigas colónias, (...) com

dos deficientes e "podemos dizer que não temos nenhuma polémica nacional acerca desse ponto, e que honramos os nossos combatentes, homenageamos os nossos combatentes como nos cumpre, como homenageámos sempre os combatentes dos países que nos fizeram a guerra ou a quem nós fizemos a guerra, em particular aqueles das nossas antigas colónias que aqui se encontram."

Antigos e actuais beligerantes sentam-se à volta da mesma mesa

6ª Conferência Internacional

A 6ª Conferência Mundial sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra da FMAC, realizada em Lisboa, nos dias 12 a 16 de Março, organizada pela ADFA, teve resultados que excederam a expectativa quer em número de países participantes, 53, quer em número de Recomendações, 44, nenhuma das anteriores Conferências atingiu tais números.

Contou esta conferência com a presença das mais altas individualidades: o Presidente da República que presidiu à Sessão Solene de Abertura, no Centro Cultural de Belém, e que afirmou que a ADFA "tem tido, ao longo destes anos que levamos de democracia, de liberdade e de paz em Portugal, uma acção verdadeiramente exemplar e extraordinária"; o Primeiro Ministro que presidiu à Sessão Solene de Encerramento, onde se comprometeu com algumas das propostas apresentadas pela nossa Associação, nomeadamente a tão esperada abertura aos DFA's que não são abrangidos por nenhuma legislação, a problemática dos Lares, particularmente o Lar Militar e ainda a isenção do Serviço Militar para os filhos DFA's que o desejarem; o Ministro da Defesa Nacional, que foi eleito presidente desta Conferência, afirmou ser a ADFA, nesta matéria, o único interlocutor válido em Portugal; o Ministro do Emprego e Segurança Social que esteve pessoalmente presente no Jantar de Despedida que se realizou na Sede; o Secretário de Estado da Defesa Nacional, que presidiu à Cerimónia de Homenagem aos Militares Falecidos e ainda o Secretário Nacional de Reabilitação que participou nos trabalhos.

Contou ainda a Conferência com um representante do Secretário Geral ONU, com a presença do Ministro da Defesa da Holanda e do Secretário de Estado dos Antigos Combatentes de Angola assim como outros representantes governamentais de mais de quarenta países. Houve um jantar oferecido pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, audiências com os Embaixadores da França e da África do Sul. Na Sessão Solene de Abertura foi bastante notada a presença do Marechal Spínola e na de Encerramento a do Marechal Costa Gomes.

Estiveram também associados de quase todas as delegações da ADFA, que desta forma puderam partilhar a sua experiência com centenas de outros ex-combatentes de todo o Mundo.

Esta Conferência veio provar que é possível o diálogo mesmo quando os países estão em conflito e abriu pela primeira vez a discussão para a situação das vítimas civis da guerra e das forças de manutenção da paz da ONU.

Mais de 80% das actuais vítimas de Guerra são civis, sobretudo mulheres e crianças

moralmente se engrandeceram, por fisicamente terem ficado diminuídos ao serviço da comunidade, fossem por esta marginalizados ou ignorados".

A terminar falou já na sua qualidade de Ministro afirmando que o Governo Português está disponível para apoiar a acção da FMAC "com um interlocutor privilegiado que temos, que é a Associação dos Deficientes das Forças Armadas".

PRESIDENTE DA REPÚBLICA APELA À PAZ

O Presidente da República foi o último orador. Começou por saudar to-



Figueiredo Lopes na cerimónia aos militares falecidos

quem conseguimos manter relações exemplares".

Mostrou no entanto particular atenção com a guerra que decorre em Angola e que "precisamos de fazer esforços, toda a comunidade internacional tem que fazer esforços, para que a paz chegue a Angola, porque é uma verificação hoje universal, a guerra não resolve nada, a guerra só complica, é preciso pôr-lhe termo, é preciso que as armas se calem e é preciso que as pessoas dialoguem umas com as outras."

Sobre a legislação, Mário Soares afirmou que os sucessivos governos desde o 25 de Abril se ocuparam da problemática

AGRADECEMOS ÀS COLÓNIAS TEREM-SE TORNADO INDEPENDENTES

Foi uma comparação polémica aquela que Mário Soares fez com um Presidente da 1ª República, que agradeceu aos brasileiros terem-se tornado independentes e afirmou a esse propósito: "Nós hoje agradecemos às nossas antigas colónias terem-se tornado independentes, a luta que eles travaram pela independência foi importante para a democratização de Portugal, e nós hoje, Portugueses, abertos à democracia, abertos à fraternidade, abertos à solidariedade, sabemos a importância que o combate deles teve também, por isso estamos unidos com eles, por isso queremos caminhar para o futuro de mãos dadas." A este propósito referiu-se à postura da ADFA: "Enternece-me, verdadeiramente, ver como por exemplo o José Arruda trata e me apresentou à pouco, antigos combatentes que estiveram do outro lado das trincheiras, mas que ele estima; que ele admira e que ele considera com a maior humanidade. Esse é o grande ensinamento desta Conferência..."

SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO

Nesse mesmo dia e seguintes decorreram os trabalhos que terminaram com a Sessão Solene de Encerramento, que se realizou no dia 16 de Março à tarde, e que foi presidida pelo Primeiro Ministro. Nesta Sessão foram apresentadas as conclusões do trabalho pelo Secretário Geral da FMAC, Serge Wourgaft, de que falaremos mais pormenorizadamente no Suplemento que publicamos neste mesmo jornal.

Foi entregue ao presidente da nossa associação uma placa onde a FMAC exprime à ADFA as suas felicitações e agradecimentos pela forma como orga-

Lisboa 12 a 16 de Março Capital Mundial da Paz

(Continuação da pág. 9)

SESSÃO PLENÁRIA

Depois da Sessão Solene de Abertura no Centro Cultural de Belém os trabalhos prosseguiram na Sala Cristal do Hotel Alfa onde, no dia 13, cerca das 15 horas, retomaram-se as sessões da Conferência, com a sua primeira reunião plenária, tendo-se procedido à eleição do respectivo vice-presidente, (recorde-se que a Presidência fora, de manhã, atribuída ao Ministro da Defesa Nacional), tendo recaído a escolha no delegado marroquino, o qual, falando em seguida, começou por tecer várias considerações sobre as cerimónias da manhã, referindo especialmente o discurso do Presidente da República na Sessão de Abertura, até como base de reflexão para os trabalhos.

Proposta, votada e aceite a "Ordem de trabalhos", foi altura do Secretário-Geral da FMAC apresentar um pequeno relatório sobre a situação actual, no que diz respeito ao campo de interesses e acção da FMAC, tendo referido especialmente, e entre muitos outros pontos, o aumento contínuo de ex-combatentes e vítimas de guerra; e o facto de, tantas vezes, serem esquecidas as preocupações legislativas relativas aos mesmos Terminados que são os conflitos; o número crescente de vítimas civis, hoje largamente ultrapassando o dos militares e a necessidade de constituição de entidades internacionais para fazer face à reconstrução e reintegração das famílias.

Entrando-se no período

de debate generalizado, vários delegados pediram a apresentação de questões genéricas, outros para exporem situações específicas dos seus países ou das suas associações (o que por vezes levou a que a Mesa tivesse que intervir, quando o assunto versava situações bilaterais, como o caso, levantado pelas associações do Magreb, do pagamento de pensões aos deficientes dos então territórios ultramarinos), sendo já perceptível o interesse de muitas das propostas de "recomendação" a serem discutidas nas respectivas Comissões.

SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO

Os trabalhos prosseguiram nos dias seguintes em com o trabalho de duas comissões que promenorizadamente descrevemos no Suplemento, e realizou-se a Sessão Solene de Encerramento, presidida pelo Primeiro Ministro, Cavaco e Silva, no dia 16, às 16:00h.

Depois da chegada do Primeiro Ministro usou da palavra o Secretário Geral da FMAC, Serge Wourgaft, que começou por afirmar que a maior parte das vítimas dos actuais conflitos bélicos são civis e que a assistência internacional para os países em vias de desenvolvimento é indispensável. Falou em seguida do decorrer dos trabalhos e das principais conclusões desta Conferência, sobre este assunto falaremos mais detalhadamente no Suplemento incluído neste jornal.

Depois do Secretário Geral da FMAC, falou José Arruda começando por afirmar que ainda existem muitas lacunas legislativas, e por essa razão, a ADFA apresentou a esta Conferência sete propostas de Recomendação, sobre os problemas mais graves que actualmente afectam os deficientes militares portugueses e referiu-se particularmente àqueles que não são considerados nem em serviço nem em campanha e que têm problemas muito graves.

Expressou a sua solidariedade para com os povos de Angola Moçambique e Guiné, a quem demos um abraço com o 25 de Abril. Anunciou que estava já estava marcada uma audiência com o Secretário de Estado da Cooperação, para conjuntamente com o Governo, se estudarem possibilidades de intercâmbio com associações daqueles países.

Depois do presidente da ADFA, falou o vice-presidente da FMAC, que começou por explicar que esta organização surgiu depois da 2ª Guerra Mundial, para defenderem os interesses dos ex-combatentes, sob a divisa "Paz pela Liberdade", pois aqueles que lutaram, são os que melhor sabem defender a Paz.

Explicou que no início a Federação Mundial dos Antigos Combatentes não aceitou a entrada da Alemanha e da Itália no seu seio, mas que mais tarde essa posição foi modificada.

Referiu que o carácter da guerra é hoje diferente, já não faz sentido falar só de militares, tantas são as

vítimas civis de guerra.

Congratulou-se com a forma como decorreu esta 6ª Conferência Mundial sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra e que vai ser difícil fazer outra igual a esta, nem sequer que se aproxime.

Convidou seguidamente José Arruda a receber uma placa, que era para a ADFA e para o Governo português, mas, que o vice-presidente da FMAC fez questão em deixar à guarda da nossa associação e que se encontra exposta na Sala de Reuniões da Direcção Central da Sede.

JANTAR OFERECIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Nem só de trabalho foi composta a Conferência, também houve alguns momentos de convívio para relaxar do intenso trabalho desenvolvido.

Ao findar do dia 14, ante o bonito e crepuscular pré-anoitecer, chegaram os congressistas junto ao restaurante de Montes Claros, de onde admiraram a maravilhosa paisagem envolvente, tendo-lhes sido oferecido, em comparticipação entre a Câmara Municipal de Lisboa e a ADFA, um jantar onde os conferencistas tiveram oportunidade de confraternizar.

RECEPÇÃO COM O EMBAIXADOR DE FRANÇA

No dia 15, terminados os trabalhos, o Embaixador

da França em Lisboa, ofereceu na sua residência, uma recepção ao Bureau Executivo e ao Secretariado da FMAC, assim como ao conjunto de delegados Franceses à Conferência e a elementos integrantes de delegação oficial da ADFA.

Após um beberete nos jardins da residência, a Embaixatriz, um exemplo de afabilidade e amabilidade, mostrou aos visitantes algumas das bonitas salas daquela antiga casa de Abrantes.

RECEPÇÃO COM O EMBAIXADOR DA ÁFRICA DO SUL

À mesma hora o embaixador da África do Sul em Portugal, acompanhado da Secretária da Embaixada, recebeu no Hotel Alfa uma delegação constituída pelos quatro delegados daquele país e por três representantes da ADFA.

Durante o encontro trocaram-se algumas impressões sobre a situação militar na África do Sul e futuro dos seus deficientes de guerra.

PRESIDENTE DA FMAC EM RECUPERAÇÃO

Na noite de 13 para 14 de Março, o presidente da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, Van Lanschot, foi acometido de uma

afecção cardíaca que obrigou ao seu internamento, durante cerca de duas semanas, num hospital de Lisboa.

Acompanhado pela sua filha que se deslocou de emergência a Lisboa para seguir o seu estado de saúde, o presidente da FMAC regressou já ao seu país de origem, a Holanda.

A ADFA deseja um pronto restabelecimento a um dos principais e pioneiros ideólogos da filosofia da FMAC.

"OS BASTIDORES"

Ao terminarmos esta notícia/reportagem sobre a VI Conferência, não podemos deixar de referir, porque o êxito de tal tipo de acontecimentos não é fortuito ou obra do acaso, todo o trabalho e apoio dado por um numeroso grupo de pessoas, muitas delas operando, digamos, na sombra, dividido em sectores diversos de actividade, tais como gabinete de organização, logística, secretariado(s), relações públicas, informação, acompanhamento, tradução simultânea, transportes e outros, repartindo-se, talvez melhor, desmultiplicando-se pelos diversos locais onde decorriam quer os actos de trabalho quer os sociais.

Não querendo citar quaisquer nomes, não só porque não caberá ao ELO fazer distinções ou permitir-se omissões, como também porque o que há que fazer salientar, e aqui o fazemos publicamente, é o espírito de equipa que permitiu o sucesso obtido.

Reunião de sócios em Lisboa

Vida Associativa amplamente debatida

No salão da Biblioteca da Sede Nacional realizou-se no passado dia 8 de Fevereiro pelas 18:00h, uma reunião de sócios, promovida pela Direcção Central, que se destinava a discutir a 6ª Conferência, a inauguração do Monumento dos Combatentes do Ultramar e formas de aproveitamento das instalações da Sede.

A notícia desta reunião deveria ter sido publicado na anterior edição do "ELO" o que só não foi feito por total falta de espaço. À reunião compareceram mais de duas dezenas de associados que durante várias horas discutiram acaloradamente as diversas questões demonstrando grande empenho associativo.

Desde Julho do ano passado que não se fazia uma reunião com estas características.

Na abertura da reunião Patuleia Mendes começou por mostrar a sua satisfação pelo facto de termos recen-

temente admitido 12 novos sócios, cujo mais velho tinha 32 anos de idade. Informou também que a Ordem de Trabalhos era apenas uma proposta e que havia toda a abertura para se discutir outros assuntos.

José Arruda fez uma breve explanação sobre o andamento dos trabalhos de organização da 6ª Conferência.

Um dos associados presentes perguntou à Direcção qual era a estratégia da ADFA reactivamente aos conflitos regionais. Esta matéria levantou grande discussão e no essencial concluiu-se que a estratégia deve ser a tomada pela FMAC.

Quanto a uma acção mais concreta da FMAC, junto dos PALOP's, esta é débil, porque a Federação debate-se com falta de fundos, e por essa razão o levantamento das necessidades das vítimas de guerra em Angola tem-se mostrando até ao momento imprati-

cável. Foi ainda informado que se tinham pedido alguns esclarecimentos a altos responsáveis moçambicanos, sobre a situação dos deficientes militares naquele país, aquando da deslocação da ADFA a Moçambique, mas até à data não tinha havido qualquer resposta.

Foi proposto, por um associado, que a ADFA se envolvesse na campanha que visa atribuir a Xanana Gusmão e a D. Ximenes Belo, bispo de Timor, o Prémio Nobel da Paz, no entanto alguns dos associados pronunciaram-se no sentido de que isso não estava dentro dos principais objectivos da ADFA e que a mesma não deveria intervir nos problemas políticos da Timor.

Os associados mostraram a sua revolta pelo facto de 29 deficientes Moçambicanos, em trânsito no aeroporto de Lisboa, terem sido "entaipados", escondidos por trás de uns biombo,

para que não causassem má impressão nos utentes do aeroporto. Esta atitude foi considerada humilhante para a dignidade, não só daqueles deficientes, mas para todos nós de uma forma geral e que por essa razão a ADFA deveria tomar uma posição sobre este assunto junto das autoridades competentes.

O MUSEU AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

A discussão sobre a problemática do Monumento aos Combatentes do Ultramar foi a questão que mais preocupou os associados. Este assunto não está de forma nenhuma encerrado pois o Museu ao Combatente ainda não está inaugurado, encontra-se em fase de instalação e quem futuramente visitar o Monumento visitará também o Museu, e aí pode de facto

haver uma posição passadista que é muito importante que não venha a acontecer. Foi afirmado que o pequeno grupo de ultramontanos passadistas pretende apropriar-se do monumento, apesar de eles serem uma minoria de pessoas a pensar dessa maneira, ou pelo menos ao a manifestar-se dessa forma. Esses indivíduos querem dar um simbolismo ao monumento que nós não aceitamos e que a maioria do povo português não aceita.

Foi apresentada uma proposta para que a ADFA propusesse a entrada de outras associações de militares, como por exemplo a Associação 25 de Abril, para que estas passassem também a integrar a Comissão Executiva do Monumento, e caso esta proposta não fosse aceite a ADFA deveria pedir a sua demissão da mesma.

A Direcção afirmou que este assunto do Monumento foi levado várias Assem-

bleias Gerais e vários Conselhos Nacionais, e que foi claramente explicada a perspectiva filosófica que presidia à construção do monumento e que o mesmo foi sistematicamente discutido nas reuniões de órgãos Nacionais, nas Assembleias Gerais e nas delegações, durante 7 anos, e que se admirava que alguns que agora tanto criticam, tenham ficado calados durante tantos anos.

Considerou também Direcção que em 1987 a Associação 25 de Abril tinha uma ideia diferente sobre esta matéria, e hoje tem outra, efectivamente todos estão de acordo que monumento devia de ser construído. Para além disso, a Comissão Executiva é também constituída por um representante da CML, um do Instituto Português Prtrimónio Cultural, por um representante do Porto de Lisboa, por um representante da Ordem dos Arquitectos.

REFLEXÕES ACERCA DA DINÂMICA ASSOCIATIVA DA ADFA

A questão relativa à participação dos sócios na vida associativa da nossa associação tem preocupado, e julgo que continuam a preocupar, os dirigentes associativos a nível nacional e de delegação.

Quando pertenci aos órgãos sociais da casa, assisti e participei por diversas vezes em discussões e trocas de opiniões acaloradas sobre o assunto.

Na realidade, os sócios que seguem e participam mais de perto na vida associativa da ADFA interrogam-se sobre as razões que motivam o silêncio de um grande número de associados que, embora pagando regularmente as suas quotas, não se manifestam como é seu direito nas questões relativas às eleições dos órgãos, na presença em Assembleias Gerais, em reuniões gerais ou especializadas sobre os mais diversos assuntos, etc., etc.

Esta situação, entre outros inconvenientes, é perigosa sob o ponto de vista democrático e poderá conduzir a uma progressiva erosão da ADFA por ausência de bases reais que legitimem e apoiem os dirigentes associativos livremente eleitos.

Não pretendo com esta última afirmação apresentar qualquer perspectiva pessimista em relação à Associação.

Antes pelo contrário, quero afirmar que nas vésperas da realização da 6.ª Conferência Internacional sobre Legislação a ADFA está bem viva e actuante, pelo menos em relação ao exterior!

A questão que pretendo colocar a todos os sócios é a relativa à vida interna que se relaciona com o nível e grau de participação de cada um de nós.

Talvez alguns dos que estão a ler estas reflexões não estejam de acordo com o que foi exposto anteriormente. Se assim for, expliquem se forem capazes porque é que só uma percentagem tão pouco significativa de sócios se dá ao trabalho de votar, de participar nas reuniões ou convívios efectuados ou até de lerem com alguma atenção este nosso jornal?

Como penso que é pouco construtivo criticar sem

sugerir algumas hipóteses de solução, aí vão algumas ideias que resultam acima de tudo de ouvir as pessoas, reflectir sobre as suas propostas e de uma grande preocupação que sinto sobre o assunto.

De acordo com os nossos actuais Estatutos, compete ao Conselho Nacional, entre outras atribuições, ser o garante da coesão nacional da ADFA. Havendo consciência de que a coesão nacional da casa resulta da participação livre e consciente dos sócios na vida interna da Associação, julgamos que este órgão devia estudar e elaborar as bases de uma política credível de dinamização associativa para ser posta em prática pela Direcção Central.

Uma vez que no Conselho Nacional têm assento representantes de todas as Delegações da ADFA, julgo que é o órgão indicado para, respeitando as particularidades regionais, pro-

duzir um conjunto global de recomendações e directivas que possam ser as linhas mestras de uma acção dinamizadora séria e profícua.

Mas mais ainda. Penso que é chegada a altura de discutirmos serenamente sem agredirmos ninguém, porque não são as pessoas que estão em causa mas sim o funcionamento da instituição, o conceito de regionalização na ADFA e de procurar entender a aparente letargia em que vivem sob o ponto de vista associativo vastas áreas do nosso país.

A associação não pode e não deve reduzir-se aos principais centros urbanos! Têm sócios espalhados por todos os locais de Portugal.

A sua razão de ser e de existir é a defesa intransigente dos direitos dos seus sócios, independentemente do seu nível cultural e do local onde vivem. Julgo que neste e noutros aspectos há uma grande acção pedagógica a ser efectuada e que tem sido a meu ver descurada de um modo grave!

Parto naturalmente do princípio de que, para além da resolução dos problemas básicos da sobrevivência, é preciso informar convendo para que as pessoas portadoras de deficiência conheçam os seus direitos e os utilizem livremente sem receios, de modo a enfrentar a cruel incompreensão tantas vezes manifestada pela sociedade onde se inserem.

A ADFA tem obrigação de se mobilizar nesta frente interna, para tentar dar resposta aos legítimos anseios dos seus associados. Aqui ficam estas sugestões e este apelo.

Oxalá estas linhas mal «escrevinhadas» possam ser motivo de alguma reflexão para quem as ler.

A. A. Catarino Salgado
Sócio n.º 6627

IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

(de todas as marcas c/s caixa automática)

COM/SEM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

(novos e usados)

Trata toda a documentação

Sra. Carolina Veiga

Telemóvel 0931251715 — Fax 495 65 07

AUTOMÓVEIS OPEL

MOD.	P.BASE	P.V.P.
CORSA		
SWING 1.2 3P	1.288.011.00	1.908.668.00
SPORT 1.4 3P	1.562.008.00	2.478.669.00
SWING 1.4 3P	1.512.008.00	2.420.669.00
SWING 1.5 D 3P	1.584.520.00	2.658.668.00
SWING 1.5 TD 5P	1.918.114.00	2.506.668.00
ASTRA		
1.4 GLS 4P	2.163.732.00	3.176.668.00
1.4 GLS 5P	1.955.973.00	2.935.668.00
1.7 GL 4P DIESEL	2.107.283.00	3.731.668.00
1.7 GLS T. DIESEL 4P	2.511.931.00	4.169.668.00
1.7 GL 5P DIESEL CAR.	2.207.283.00	3.847.668.00
1.7 GLS 5P T. DIESEL	2.618.828.00	4.293.668.00
VECTRA		
1.6 GLS 4P	2.419.966.00	3.865.668.00
1.7 TD 4P	3.366.241.00	5.160.668.00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	P. BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	1.086.056.00	1.511.606.00
UNO 1.7 5P	1.328.891.00	2.788.395.00
UNO TURBO 5P	1.854.579.00	2.750.242.00
PUNTO 55 S 3P	1.150.542.00	1.657.765.00
PUNTO 55 S 5P	1.206.577.00	1.722.765.00
PUNTO 75 TDs 3P	1.563.341.00	3.062.599.00
TIPO 1.4 3P	1.548.489.00	2.402.950.00
TIPO 1.7 D 5P	1.736.617.00	3.263.599.00
TEMPRA 1.4	1.907.972.00	2.819.950.00
TEMPRA 1.9 TDs	2.609.336.00	5.068.745.00
TEMPRA 1.9 TDs SW	2.711.922.00	5.187.745.00
CROMA 1.9 TDs I. D.	2.979.163.00	5.497.744.00

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 5016, a partir das 20H00 para Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente para os telef.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.

O estimado sócio pode também pedir informações sobre: Citroën; Peugeot e Ford



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível. Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém? Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900 Lisboa
Tels. (01) 856 14 00 Fax (01) 856 14 80

EXERCÍCIO DE 1993

Demonstração de resultados (Tipografia)

CODIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1993		1992		CODIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1993		1992	
61	Custo das Mercadorias Vendidas	28 004	27 914			71	Vendas de Mercadorias	89 286	77 949		
		28 004	27 914			72	Prestação de Serviços	89 286	77 949		
62	Fornecimentos e Serviços Externos	12 427	11 432								
642	Custos com o Pessoal	14 329	12 580			73	Proveitos Suplementares				
645	Remunerações	4 468	2 830			74	Subsídios à Exploração				
	Encargos Sociais					76	Outros Proveitos Operacionais				
		31 224	26 842								
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	6 353	4 966								
67	Provisões	577	962								
		6 930	5 928			78	Proveitos e Ganhos Financeiros	2 416	1 700		
							Outros Juros e Proveitos Similares	2 416	1 700		
63	Impostos	128	11								
65	Outros Custos Operacionais	14 370	15 000								
		14 498	15 011			79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	430	745		
68	Custos Financeiros	2 130	176								
	Juros e Custos Similares	2 130	176								
69	Custos e Perdas Extraordinárias	122	158								
88	Resultado Líquido do Exercício	9 224	4 365								
	Total do Débito	92 132	80 394				Total do Crédito	92 132	80 394		

ADFA — Formação

CONTAS	DESCRIÇÃO	(Em Contos)	
		RELIZADO EM 1993	ORÇAMENTADO PARA 1994
	RECEBIMENTOS		
77	SUBSÍDIOS		
77 100	Comparticipação do IIEFP	107 180	128 000
78	PROVEITOS FINANCEIROS		
78 110	Juros de Depósitos à Ordem	1 008	913
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		
79 700	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	48	500
	TOTAL DOS RECEBIMENTOS	108 236	129 413
	PAGAMENTOS		
	ENCARGOS COM FORMANDOS	39 172	51 707
62.3.1.1	Bolsa de Formação	27 410	34 017
62.3.1.2	Alimentação	6 234	10 414
62.3.1.3	Deslocações	2 693	4 016
62.3.1.4	Alojamento	2 835	3 260
	ENCARGOS COM PESSOAL DOCENTE	19 369	24 528
62.3.2.1	Remunerações	18 830	23 603
62.3.2.2	Encargos Obrigatórios	431	792
62.3.2.4	Alimentação	108	133
	ENCARGOS COM PESSOAL NÃO DOCENTE	19 395	20 355
62.3.3.1	Remunerações	16 592	17 516
62.3.3.4	Encargos Sociais Obrigatórios	1 699	1 629
62.3.3.6	Alimentação	1 045	1 210
62.3.3.7	Deslocações	59	
	PREPARAÇÃO	2 342	2 468
62.3.4.1	Divulgação dos Cursos	1 065	1 118
62.3.4.2	Material Didático	636	650
62.3.4.3	Outros Encargos de Preparação	641	700
	FUNCIONAMENTO	9 951	21 380
62.3.5.1	Matérias Primas	1 626	3 000
62.3.5.2	Materiais	4 653	8 350
62.3.5.9	Outros Encargos de Funcionamento	3 672	10 030
	EQUIPAMENTOS	6 579	7 800
62.3.6.1	Aluguer	5 197	6 000
62.3.6.2	Amortizações	1 382	1 800
63	OUTROS CUSTOS	7	
63.1	Custos Financeiros	7	
	TOTAL DOS PAGAMENTOS	96 815	128 238
	SALDO	11 421	1 175
	APLICAÇÕES		
12	Depósitos à Ordem	17 054	
26	C/Corrente com a SEDE	(5 633)	
	TOTAL	11 421	

Balanço (Tipografia)

CODIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1993			1992	CODIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1993		1992	
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LIQUIDO				LIQUIDO	PASSIVO LIQUIDO	LIQUIDO	
	IMOBILIZADO										
422	Imobilizações Corpóreas										
423	Edifícios e Outras Construções	46 868	18 153	28 715	23 848	575	Reservas				
424	Equipamento Básico	1 548	387	1 161		574	Subsídios	29 944	26 018		
425	Equipamento de Transporte					573	Reservas Livres	15 000	15 000		
426	Ferramentas e Utensílios	289	86	203	163	59	Reservas Especiais	4 364	4 926		
426	Equipamento Administrativo	388	347	41	80		Resultados Transfidos	49 308	44 944		
429	Outras Imobilizações Corpóreas										
		50 155	18 973	30 120	24 091		Resultado Líquido do Exercício	9 224	4 365		
							Total do Capital Próprio	58 532	49 309		
	CIRCULANTE										
	Existências										
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	2 906		2 906	1 968		PASSIVO				
35	Produtos e Trabalhos em Curso										
33	Produtos Acabados e Intermedios	891		891	525	293	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS				
33	Mercadorias										
		3 797		3 797	2 493						
	DIVIDAS DE TERCEIROS-CURTO PRAZO										
211	Cientes-C/Corrente	28 192	2 419	25 773	21 738	221	DIVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO	11 053	3 669		
268	Outros Devedores					24	Fornecedores-c/Corrente	335			
		28 192	2 419	25 773	21 738	268	Estado e Outros Entes Públicos	10 065	12 101		
							Outros Credores	21 453	15 770		
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS										
159	Outros Títulos Negociáveis					273	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	63	10		
							Acrescimos de custos				
12-13-14	Depósitos Bancários	19 296		19 296	16 767		Total do Passivo	21 516	15 780		
11	Caixa	19 296		19 296	16 767						
		19 296		19 296	16 767						
	Total do Activo	101 440	21 392	80 048	65 089		Total do Capital Próprio e do Passivo	80 048	65 089		

Demonstração de resultados consolidada (Sede e Delegações)

CODIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1993		1992		CODIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1993		1992	
61	Custo das Mercadorias Vendidas	13 941	15 547			71	Vendas de Mercadorias	819	3 837		
		13 941	15 547			72	Prestação de Serviços	23 394	22 930		
								24 213	26 767		
62	Fornecimentos e Serviços Externos	41 766	29 931								
642	Custos com o Pessoal	40 878	39 195			73	Proveitos Suplementares	1 304	1 281		
645	Remunerações	9 190	8 713			74	Subsídios à Exploração	43 234	45 521		
	Encargos Sociais					76	Outros Proveitos Operacionais	30 588	21 344		
		91 834	77 839				Quotização	43 002	34 929		
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	7 647	3 490								
67	Provisões		30								
		7 647	3 520			78	Proveitos e Ganhos Financeiros	9 658	7 560		
							Outros Juros e Proveitos Similares	9 658	7 560		
63	Impostos	63	91								
65	Outros Custos Operacionais	20 301	20 137								
		20 364	20 228			79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	6 073	10 515		
68	Custos Financeiros	245	109								
	Juros e Custos Similares	245	109								
		245	118								
69	Custos e Perdas Extraordinárias	6 163	9 252								
88	Resultado Líquido do Exercício	17 878	21 413								
	Total do Débito	158 072	147 917				Total do Crédito	158 072	147 917		

Balanço consolidado (Sede e Delegações)

CODIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1993			1992	CODIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1993		1992	
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LIQUIDO				LIQUIDO	PASSIVO LIQUIDO	LIQUIDO	
	IMOBILIZADO										
422	Imobilizações Corpóreas										
423	Edifícios e Outras Construções	4 350	629	3 721	3 946	571	Reservas Especiais				
424	Equipamento Básico	3 016	1 044	1 972		58	Subsídios	520 084	421 397		
425	Equipamento de Transporte	6 706	3 079	3 627		59	Reservas Livres	106 427	87 480		
426	Ferramentas e Utensílios	679	521	48			Resultados Transfidos	31 418	23 261		
426	Equipamento Administrativo	53 303	24 704	28 599	14 034			657 929	532 138		
429	Outras Imobilizações Corpóreas	1 797	1 134	663	688		Resultado Líquido do Exercício				
441/6	Imobilizações em Curso	551 231		551 231	456 179		Total do Capital Próprio	675 809	553 551		
		621 082	31 221	589 861	475 647						
	CIRCULANTE										
	Existências										
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	317		298	298		PASSIVO				
33	Produtos Acabados e Intermedios										
33	Mercadorias	1 117		1 117	1 813	293	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	162	192		
		1 434		1 434	2 111						
	DIVIDAS DE TERCEIROS-CURTO PRAZO										
211	Cientes-C/Corrente	141		141	907	221	DIVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO	4 057	1 768		
24	Estado e Outros Entes Públicos				161	24	Fornecedores-c/Corrente	3 095	2 103		
268	Centros Produtivos	6 857		6 857	34 576	268	Sede/Delegações				
268	Outros Devedores	8 051	30	8 021	3 135	268	Centros Produtivos				
		15 049	30	15 019	38 779	268	Outros Credores	4 044	32 791		
								11 196	36 662		
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS										
159	Outros Títulos Negociáveis				600		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS				
						274	Proveitos Diferidos	248	1 513		

ADFA — SEDE E DELEGAÇÕES

NOTAS — DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.93

1. ACTIVIDADE

A ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, é uma Organização não Governamental, com objectivos eminentemente sociais. Fundada em 14 de Maio de 1974, foi considerada Instituição de Utilidade Pública, por despacho de 8 de Maio de 1981.

Tem por finalidade a defesa dos direitos dos cidadãos que ao serviço da Nação, sofreram deficiências, nos três ramos das Forças Armadas.

Para o seu funcionamento, beneficia de um subsídio que lhe tem vindo a ser concedido pelo Ministério da Defesa Nacional, cobra aos Sócios uma quota mensal que no ano de 1993 era de Esc. 450\$00, apoiando-se ainda em receitas provenientes de uma Tipografia-Escola para Deficientes e na prestação de serviços médicos e de contencioso aos seus Associados.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base em documentos e registos contabilísticos elaborados pela Associação, de acordo com os procedimentos definidos no Plano Oficial de Contabilidade e princípios de contabilidade geralmente aceites.

2.2 NOTAS AO BALANÇO

(valores em contos)

2.2.1 Imobilizações Corpóreas

Estão registadas ao preço de custo. Para o custo das amortizações são utilizadas as taxas constantes do Decreto Regulamentar N.º 2/90.

O valor indicado na rubrica Imobilizações em Curso não está a ser amortizado. Respeita ao valor gasto até 31.12.93 com a construção da Nova Sede, a qual apesar de inaugurada no exercício em análise, ainda não foi possível efectuar o acerto final de contas com a empresa construtora.

2.1.2 Dívidas de Terceiros

Como resultado da Consolidação de Contas, foram eliminados os saldos relativos às dívidas entre a Sede e as Delegações.

O saldo relativo é rubrica Centros Produtivos tem a seguinte decomposição:

- Tipografia Escola.....	1224
- Formação Profissional.....	5633

Esta situação deve-se ao facto de a Sede possuir apenas uma caixa que efectua todos os pagamentos e recebimentos relativos à actividade global incluindo a Tipografia-Escola e a Formação Profissional. Contudo os movimentos através de Depósitos Bancários são efectuados em contas próprias.

O saldo relativo a Outros Devedores, respeita essencialmente à Sede com 5 664 contos e à Delegação no Porto com 2 051 contos.

2.1.3 Depósitos Bancários

O saldo em 31 de Dezembro incluía Depósitos à Ordem e a Prazo, dos quais 15 955 e 35 000 contos pertenciam à Sede distribuindo-se o restante pela totalidade das Delegações. O valor mantido à Ordem pela Sede destinava-se a fazer face a compromissos assumidos para com a Empresa Marques Inácio, SA., estando a ser remunerado a uma taxa negociada.

2.1.4 Subsídios

O valor desta rubrica inclui os montantes recebidos das várias entidades, destinados a financiar a construção da Nova Sede, com o desdobraimento que se segue:

- Ministério da Defesa Nacional.....	268 000
- Ministério do Emprego e Segurança Social.....	210 000
- Ministério das Obras Públicas.....	25 000
- Associados.....	12 685
- Outras Entidades.....	4 398

2.1.5 Reservas Livres

Para esta conta são transferidos os resultados apurados em todos os exercícios, com excepção do relativo ao ano anterior que se mantém na conta 59-Resultados Transitados.

Em 31.12.93 esta rubrica incluía ainda mais-valias obtidas com a venda do prédio na Rua do Embaixador, no montante de 16 325 contos e 35 506 contos relativos a compensações por prestações de serviços à Tipografia-Escola e à Formação Profissional, em exercícios anteriores.

2.1.6 Resultados Transitados

Refere-se aos resultados apurados no exercício de 1992. A diferença verificada em relação aos resultados líquidos apurados no exercício anterior, respeita à Delegação no Porto que por não ter ainda a escrita centralizada na Sede, utiliza um critério diferente.

2.1.7 Resultado Líquido do Exercício

O contributo de cada Delegação para o Resultado global da Associação encontra-se distribuído da seguinte forma:

	Exerc.	Ex.º Ant.
- Sede.....	12 370	12 795
- Porto.....	2 128	3 832
- Bragança.....	75	1 317
- Famalicão.....	117	651
- Viseu.....	858	1 039
- Coimbra.....	770	513
- Castelo Branco.....	367	474
- Setúbal.....	84	38
- Évora.....	662	296
- Faro.....	296	87
- Funchal.....	114	450
- Ponta Delgada.....	302	6

2.1.8 Dívidas a Terceiros

Como resultado da Consolidação de Contas, esta rubrica não inclui os valores em dívida entre a Sede e as Delegações.

2.2 NOTAS A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Não se efectua qualquer especialização das rubricas de custos e proveitos. Estes são reconhecidos no momento da sua realização, independentemente do exercício a que respeitam.

2.2.1 Custo das Mercadorias Vendidas

Refere-se, para o caso da Delegação em Bragança ao custo do material ortopédico e para as restantes Delegações ao custo das bebidas e géneros alimentícios gastos na confecção de refeições servidas nos Bares e Restaurantes. Destes, os valores mais significativos diziam respeito à Sede e ao Porto com 8 076 contos e 2 762 contos, respectivamente.

2.2.2 Fornecimentos e Serviços Externos

Nesta rubrica são contabilizadas todas as transmissões de bens e prestações de serviços, efectuadas por terceiros à Associação e utilizados por esta nos seus consumos correntes. Nela se incluem a Electricidade, o Material de Escritório, o Telefone, o Correio, as Deslocações e Estadas, os Honorários, a Conservação de Equipamento e outros. Os valores mais significativos respeitam à Sede com 24 336 contos, Porto com 5 666 contos, Famalicão 2 252 contos, Viseu 2 285 contos, distribuindo-se o restante pelas outras Delegações.

2.2.3 Remunerações

Respeita aos vencimentos pagos ao pessoal e respectivos encargos, liquidados à segurança social. A sua evolução nos dois últimos exercícios e a sua distribuição pelas Delegações, foi a seguinte:

	Exerc.	Ex.º Ant.
- Sede.....	25 452	26 064
- Porto.....	8 748	7 360
- Bragança.....	1 235	1 157
- Famalicão.....	2 892	2 282
- Viseu.....	1 213	1 015
- Coimbra.....	2 681	2 553
- Castelo Branco.....	1 320	1 246
- Setúbal.....	1 231	1 162
- Évora.....	1 126	1 052
- Faro.....	1 235	1 160
- Funchal.....	1 142	1 077
- Ponta Delgada.....	1 794	1 480

2.2.4 Outros Custos Operacionais

Como resultado da Consolidação de Contas, foi abatida a esta rubrica, o valor das Dotações atribuídas às Delegações, no montante de 16 502 contos, o qual foi compensado com igual montante, abatido à rubrica de Outros Proveitos Operacionais. A componente mais significativa destes custos respeita à Sede e inclui as seguintes situações:

- Subsídios a Núcleos.....	518
- Custos com Jornal ELO.....	5 562
- Despesas de Dinamização.....	3 880
- Assistência a Sócios.....	1 009
- Relações Internacionais.....	5 995
- Outros.....	640

2.2.5 Custos e Perdas Extraordinárias

A verba mais significativa relativa a esta rubrica, no valor de 5 256 contos, respeita à Delegação no Funchal e refere-se à actividades lúdicas desenvolvidas por esta Delegação.

2.2.6 Vendas de Mercadorias e Produtos

O valor indicado respeita na sua totalidade às vendas de material ortopédico efectuadas pela Delegação em Bragança.

2.2.7 Prestação de Serviços

Este valor distribui-se da seguinte forma:

- Sede.....	14 650
- Porto.....	3 577
- Famalicão.....	2 787
- Ponta Delgada.....	1 954
- Outras.....	426

Na Sede os valores mais significativos respeitam a Fornecimento de Refeições - 10 245 contos, Serviços de Secretaria - 757 contos e Serviços Médicos - 3 440 contos.

2.2.8 Subsídios à Exploração

O valor indicado respeita a verbas recebidas do Ministério da Defesa Nacional e Secretariado Nacional de Reabilitação, no valor de 40 000 contos e 3 000 contos, respectivamente.

2.2.9 Quotização

O valor desta rubrica distribui-se como se indica, pelas seguintes Delegações:

	Exerc.	Ex.º Ant.
- Sede.....	16 361	13 306
- Porto.....	9 710	7 611
- Bragança.....	689	522
- Famalicão.....	2 321	2 019
- Viseu.....	2 684	2 050
- Coimbra.....	3 337	2 803
- Castelo Branco.....	1 814	1 694
- Setúbal.....	1 265	1 065
- Évora.....	1 480	961
- Faro.....	1 246	1 077
- Funchal.....	1 166	1 091
- Ponta Delgada.....	590	517
- Guarda.....	339	213

2.2.10 Outros Proveitos Operacionais

Como resultado da Consolidação de Contas, esta rubrica não inclui o valor das Dotações, recebido pelas Delegações, o qual foi compensado com igual montante, abatido à rubrica de Outros Custos Operacionais.

Das verbas em que se decompõe o valor indicado, merecem referência os seguintes montantes:

- Tipografia-Comparticipação de Despesas.....	14 370
- Formação Profissional-Comparticipação de Despesas.....	11 695
- Publicidade.....	1 519

2.2.11 Outros Juros e Proveitos Financeiros

Esta rubrica contem os rendimentos obtidos pela Associação, provenientes de aplicações financeiras, respeitando 7 841 contos à Sede e 1 497 contos às restantes Delegações.

A importância respeitante à Sede inclui 3 280 contos de Juros de Depósitos à Ordem e 4 239 contos de Juros de Depósitos a Prazo.

2.2.12 Proveitos e Ganhos Extraordinários

São contabilizados nesta rubrica, todos os proveitos que não derivem da actividade normal da Associação.

Do valor indicado, fazem parte, como verbas mais significativas, 5 256 contos registados na contabilidade do Funchal, provenientes das actividades lúdicas desenvolvidas por esta Delegação.

3 CONCLUSÃO

Depois do desenvolvimento que foi efectuado a cada uma das rubricas das Demonstrações Financeiras, pouco mais há a acrescentar. Algumas referências porem a algumas situações que nos parece justificarem-nas:

- Ao Património Imobiliário que aumentou 114 213 contos como resultado do investimento efectuado na Nova Sede;

- Aos Capitais Próprios que cresceram 125 792 contos, provenientes dos subsídios recebidos das várias fontes de financiamento, mas também de 17 878 contos de resultados gerados no exercício;

- A aumento de Despesas com Fornecimentos e Serviços de Terceiros que não foi possível evitar como resultado das actividades realizadas no ano em análise de que se destaca a inauguração da Nova Sede;

- A contenção conseguida nos Custos com o Pessoal;

- As receitas de quotização que continuaram a evidenciar uma resposta muito positiva dos Associados;

- Ao excelente resultado conseguido na Tipografia-Escola da Associação, que atingiu o montante de 9 224 contos, o que permitiu participar nas despesas da Sede com 14 370 contos.

Em 31 de Dezembro de 1993.

Pela Direcção Central
O Tesoureiro

GRANDE PROVA NACIONAL DE PESCA DESPORTIVA DE RIO BARRAGEM DA AGUIEIRA 6 DE MARÇO DE 1994



Com a participação de 155 atletas e 21 equipas oriundas de vários pontos do país, a Secção de Pesca da Delegação de Coimbra da ADFA organizou mais uma prova nacional. Dividida

por 5 sectores, 4 para seniores e 1 para senhoras, juniores e juvenis, a prova decorreu com normalidade, sendo de realçar que o facto de no mesmo dia se ter realizado outro concurso na

zona, não impediu que estivessem presentes muitas dezenas de pescadores.

A competição iniciou-se às 10 e terminou às 13 horas, conforme o regulamentado. Pelas 16.30 horas, te-

ve lugar a cerimónia da distribuição de prémios.

Estiveram em disputa mais de sessenta prémios: troféus, taças, medalhas, 4 libras e 4 1/2 libras ouro, salvas de prata.

A equipa de Chão do Bispo recebeu o prémio especial, referente ao agrupamento que maior número de atletas apresentou (12), tendo a equipa do Bairro dos Anjos — Leiria, recebido o prémio relativo ao grupo que se deslocou de maior distância. Estes prémios (medalhas da nova sede da ADFA) foram oferecidos pela Direcção da ADFA Coimbra. Aos capitães das referidas equipas foi explicado o significado das mesmas, encarregando-se desta tarefa o presidente da Delegação de Coimbra, José Maia, que antes da entrega dos prémios fez uma intervenção dirigida a todos os presentes. ADFA, 25 de Abril, deficientes militares e o desporto, foram os temas base da comunicação.

Seis horas da manhã. As portas da Delegação abriram-se mais cedo! Depois de muitos dias e noites de trabalho, era chegada a hora de mais uma prova de pesca. Com todo o material necessário, lá nos pusemos a caminho da Agueira, onde chegámos ainda sem a companhia do astro-rei.

Divididas as muitas tarefas, à hora prevista estava tudo pronto para mais uma grande jornada desportiva. A azáfama habitual nestas

circunstâncias com a chegada dos muitos pescadores ao local da concentração, interrompeu o silêncio do local até ao adormecido. Com a saída dos atletas para os pesqueiros, voltou a reinar a doce paz daquele melancólico lugar, voltando a ouvir-se o chilrear dos pássaros que, de galho em galho, pulavam, aliando-se à ligeira brisa, fazendo agitar levemente a luxuriante vegetação, fazendo ouvir deliciosos sussurros, lembrando suave tom musical, notas que só a natureza sabe executar.

Com todos os atletas em competição, cerca de meia prova realizada, começava a preparar-se a recepção, embelezando ainda mais o local, expondo geometricamente os prémios, que daí a algum tempo fariam palpar os corações. Ali ao lado, começava a preparar-se o almoço, que iria retemperar as forças dos elementos da Secção de Pesca da ADFA, que a partir das 12.30 horas, teriam de estar a postos para o último acto que iria até final da tarde.

Por volta das 11.30 horas o suave odor das mimosas e dos pinheiros foi-se gradualmente misturando com o cheirinho bom da feijoada que daí a pouco deliciaria os estômagos dos que desde de madrugada trabalhavam para a Associação.

Sob o verde do arvoredo, brilhantemente engalanado pelos raios do sol infiltrando-se pela folhagem, salpicada aqui e ali pelo amarelo

das mimosas em flor, a senhora Albina, esposa do nosso pescador Manuel Henriques, retocava os últimos temperos da refeição.

Poucos momentos depois, sentados no chão ou servindo-se de improvisadas mesas em que se transformaram pedras de razoáveis dimensões, era ver os elementos da ADFA atacando a deliciosa feijoada, gozando o quadro natural daquela paisagem, expraiando os olhares no prateado das águas da albufeira que ali a nossos pés se estendia por entre o verde dos montes, beijadas pelo sol que enamoradamente as seduzia, transformando a lagoa num vasto manto de prata dourada.

Regada com um bom tinto, salpicada com uma ou outra anedota, aproximava-se a última etapa de mais uma grande jornada, na qual a ADFA viria a ser a grande vencedora.

Um agradecimento às firmas, pessoas singulares e associados, que através da sua colaboração tornaram possível mais esta grande manifestação de força organizativa da ADFA. Aos pescadores da nossa Secção de Pesca, à senhora Albina e ao restaurante Lagoa Azul, um especial obrigado.

Destacamos o apoio da nossa Delegação de Famalicão (oferta de uma bonita taça) e da Direcção Central que acarinhou de uma forma muito especial esta iniciativa.

José Martins Maia

9 e 10 de Abril em Beja

XI Encontro Nacional de Deficientes

Junto publicamos o Programa Provisório do XI Encontro Nacional de Deficientes — END/94, a ter lugar nos dias 9 e 10 de Abril em Beja, organizado pela UCNOD — União Coordenadora dos Organismos de Deficientes, destinado a todas as pessoas deficientes para participarem nos seguintes eventos:

- Basquetebol em Cadeira de Rodas — Motores
- Boccia — Paralisia Cerebral
- Goal Ball — Visual
- Ciclismo Tandem — Visual
- Xadrez/Damas — Visual e outras
- Futebol — Visual
- Corridas — 3500 m e 1800 m — Todas as deficiências

Para mais informações e inscrições, é favor de se dirigirem à:

UCNOD — União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes
Av. João Paulo II, Lote 528, 1.º-A
Zona J — Chelas
1900 Lisboa

A/C do Sr. Albertino Flores Santana

UISEU E GUARDA

ANÁLISES E CONSULTAS

Informamos os associados que o EGILAB, Centro Diagnóstico Laboratorial LDA-Análises Clínicas, na cidade da Guarda, têm contrato com a ADME, podendo fazer as marcações pelo telef. 211196.

Também em Viseu, o Sr. Dr. Cândido Amaral, médico conceituado de Clínica Geral, faz consultas de segunda-feira a sexta-feira, podendo fazer as marcações através do telef. 423494.

O Presidente
João Gonçalves

Formação de âmbito Nacional de Agentes Desportivos — Técnicos

APRESENTAÇÃO

Após os Jogos Paraolímpicos de Barcelona-92 a classificação funcional na natação foi alterada. O curso orientar-se-á pelo sistema de classificação aprovado até aos Jogos Paraolímpicos de Atlanta-96.

Este curso de Avaliação Funcional e de Classificação Médico Desportiva para a natação a realizar pela primeira vez em Portugal vem responder a necessidades já manifestadas por várias entidades e agentes desportivos.

Vem assim a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes prosseguir a metodologia de Formação de Recursos Humanos já iniciada em 1993 com a organização do 1.º curso de classificação no âmbito do Atletismo e Basquetebol em cadeira de rodas. O êxito alcançado nessa acção de formação permite-nos projectar que o mesmo venha a constituir para o Plano de Actividades Regulares de 1994 da FPDD uma medida importante para o desenvolvimento desportivo Nacional.

A 2.ª fase do Plano Quadrienal 1993/96 desenvol-

ve-se no ano de 1994 com a promoção de três acções de formação de âmbito Nacional, contando todas elas com a colaboração de especialistas reconhecidos pelas Federações Internacionais, para além da acção que aqui vos apresentamos, estão planeadas mais duas acções: Formação no âmbito de classificação desportiva para atletas com Paralisia Cerebral e ainda uma reciclagem no âmbito do atletismo e Basquete, cuja calendarização será em breve divulgada.

DESIGNAÇÃO: Curso de Avaliação Funcional e Classificação Médico Desportiva na Natação.

MODALIDADE: Natação para deficiências locomotoras.

DATA/HORÁRIO: 10, 11 e 12 de Abril das 9.30 h às 17.30 h

LOCAL: Academia Militar — Piscina (sessões práticas) e Anfiteatro (sessões teóricas).

DESTINATÁRIOS: médicos, professores de educação física, terapeutas, técnicos desportivos e estudantes.

Encontram-se inscritos 45 participantes do Conti-

nente e Ilhas, de clubes e de várias Entidades Oficiais e Privadas.

FORMADORES: 2 técnicos estrangeiros (Inglês/Alemão)

RESULTADOS QUE SE PREVÊEM ALCANÇAR:

— **Praticantes:** avaliação funcional e classificação desportiva dos nadadores nacionais;

— **Comissão de Classificação:** dotar a FPDD de uma Comissão Nacional de Classificação Desportiva a constituir por médicos, professores de educação física ou técnicos desportivos e fisioterapeutas segundo normas internacionais;

— **Técnicos:** dotar os técnicos de natação com instrumentos que permitam a avaliação e orientação para o treino desportivo dos nadadores.

25 DE ABRIL

A DELEGAÇÃO DE VISEU EM ACTIVIDADE

Vai esta Delegação organizar mais um jantar-convívio associativo no dia 23 de Abril pelas 19h30m, 7h da tarde, na Vila de Carregal do Sal, no Restaurante «Salinas», abrangendo toda a área geográfica da Delegação de Viseu, e em especial os sócios daquela zona, que devem fazer as inscrições para a Delegação de Viseu, através de carta ou por telefone n.º 27645.

Este encontro está inserido no 20.º Aniversário do 25 de Abril e da ADFA em particular.

Vamos todos participar, diz sim a mais esta iniciativa. Inscreve-te comparece, faz já a tua marcação, vem e traz a família e assim convivemos um pouco.

Vai haver surpresas, inscreve-te já. Data limite das inscrições, 19 de Abril.



C.R.P.G.

WORKSHOP «REEDUCAÇÃO FUNCIONAL E READAPTAÇÃO NA REGIÃO CENTRO» — PARTICIPAÇÃO DO CRPG

No âmbito do Programa Operacional HORIZON realizou-se em Coimbra, de 21 a 22 de Março de 1994, uma Workshop sob o tema «Reeducação Funcional e Readaptação na Região Centro», organizada pela Associação Comète Grand-Ouest/Hospitais da Universidade de Coimbra/Centro Hospitalar de Coimbra.

Iniciaram-se os trabalhos com a caracterização e distribuição geográfica e demográfica da Região Centro e a sua importância nos cuidados de saúde. Foi apresentado o processo de reabilitação em geral e a interface hospital-comunidade, e colocou-se a questão a quem cabe o papel da readaptação funcional: Ministério da Saúde ou Ministério do Emprego e Segurança Social?

Após uma breve discussão apresentaram-se a situação da pessoa deficiente em Portugal — em relação a benefícios sociais e a incentivos ao trabalho — e o estatuto da pessoa com de-

ficiência, assim como os financiamentos disponibilizados para favorecer a sua integração profissional em França.

Abordou-se ainda a formação profissional da pessoa com deficiência em Portugal e as necessidades de reeducação em meio hospitalar para limitar ao máximo os longos períodos de espera para aceder a programas de reabilitação. Para terminar, foram apresentadas a experiência portuguesa respeitante a ajudas técnicas — pelo Director do CRPG, Dr. Jerónimo de Sousa — e a problemática da reabilitação de uma população de traumatizados medulares sob o ponto de vista dos custos económicos e financeiros da reabilitação e indemnizações do dano, após as quais houve discussão dos temas.

O segundo dia do Workshop foi dedicado a visitar estruturas de formação profissional para pessoas com deficiência na sub-região de Coimbra.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS EM FRANÇA

ACÇÃO TRANSNACIONAL CRPG/INTERESPACE

No âmbito das acções transnacionais do Programa HORIZON, realizou-se uma visita para descoberta e troca de novas experiências, a diversos centros situados nas cidades de Mulhouse, Colmar e Estrasburgo, em França.

A ARFP — Associação para a Readaptação e Formação Profissional, de Mulhouse, participa, desde longa data, na resolução dos problemas de trabalhadores com deficiência — reeducação funcional, adaptação e reeducação profissional.

Desde 1990, que esta Associação se lançou em experiências inovadoras, nascendo assim o InterEspace que desenvolve estratégias de reinserção profissional de populações em risco de exclusão social, com baixo nível de qualificações. Daí o interesse do CRPG em conhecer de perto esta realidade, atendendo aos pontos comuns das populações dos dois Centros.

O InterEspace oferece serviços como:

1 Atelier Pedagógico

Personalizado, para reforçar as competências de base por autoformação assistida.

1 Formação/Inserção por Teletrabalho, nas áreas de secretariado, gestão, contabilidade e edição assistida.

1 Cultura e Competência, que desenvolve e permite a reapropriação das competências e qualificações como actor social da pessoa em situação de exclusão.

1 Investigação — Acções, Estudos e Estatísticas, que permite pelos estudos encomendados melhor identificar as dificuldades das pessoas em situação de exclusão e assim propor respostas diversificadas.

1 Espaços de Produção, que constituem ocasiões de confronto dos estagiários com a realidade de trabalho.

A visita ao Centro InterEspace, à Associação ARFP, assim como aos Centros onde se desenvolvem os projectos HARMONIE — Colmar — e HERACLES — Estrasburgo, efectuou-se de 24 a 27 de Março 1994 e nela participou o Director e um grupo de técnicos do CRPG.

INTERCÂMBIO CULTURAL PROGRAMA LINGUA

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, juntamente com o seu parceiro Associação YMCA de Colomers, participa no Programa Língua — Acção IV, que tem como principal objectivo o intercâmbio cultural de jovens nos países da Comunidade Europeia.

No âmbito deste programa um grupo constituído por 10 formandos do CRPG, em Setembro de 1993, deslocou-se a Colomers, ao Centro YMCA (cujo relato foi apresentado no número 225, de Outubro de 1993). Em Setembro 1994, terá lugar a visita de reciprocidade do Grupo de Formandos da Associação YMCA.

Para que o programa se concretize com êxito, torna-se necessário ter em conta as características do grupo de jovens. Neste sentido, dois directores-adjuntos — Mme. Danièle Blazy e Mr. Daniel Pouech — deslocar-se-ão a Gaia de 13 a 17 de Abril de 1994 para estruturar e preparar este intercâmbio. Dada a grande importância de programas desta natureza é de todo o interesse o grande empenhamento dos técnicos para dar continuidade à participação no Programa Língua.

DE 5 A 8 DE ABRIL NO ALCOITÃO

PRÓTESES MODULARES PARA O MEMBRO SUPERIOR

Vai realizar-se de 5 a 8 de Abril de 1994, no Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, um curso subordinado ao tema «Próteses Modulares para o Membro Superior». O curso será orientado pelo técnico ortoprotésico da Otto-Bock — Madrid, Sr. Juan Galan.

Esta acção de formação terá como finalidade a actualização:

— em novas tecnologias, materiais e técnicas para a execução de próteses do membro superior.

— na avaliação pré e pós-protésica.

Com o intuito de aprendizagem e actualização contínua, participarão nesta acção de formação dois técnicos do Centro de Reabilitação de Gaia.

Porto

CONSULTAS ORTOPROTÉSICAS NO HOSPITAL MILITAR Nº1 DO PORTO

O Serviço de Medicina Física de Reabilitação do Hospital Militar Nº 1 do Porto assiste aos deficientes militares que necessitam de ajudas técnicas (próteses ortóteses e outros componentes), através de um plano de consultas que a seguir se indica:

JANEIRO	12 e 26
FEVEREIRO	09 e 23
MARÇO	09 e 30
ABRIL	13 e 27
MAIO	11 e 25
JUNHO	08 e 29

Nestas consultas encontra-se presente um técnico ortoprotésico do Centro de Reabilitação da ADFA de V. N. Gaia, para dar apoio nas respectivas prescrições.

Qualquer sócio que tenha alguma dificuldade relativamente a estas consultas poderá contactar o GAOS da Delegação.

EM ABRIL A DELEGAÇÃO ABRE NO 2.º SÁBADO

Pelo facto de o 1.º Sábado do mês de Abril coincidir com a época Pascal, informam-se os sócios que a Delegação abrirá no segundo sábado, dia 9 de Abril.

Assim, nesse dia, a partir das 10h00 da manhã e até às 17h00, funcionará o atendimento na Secretaria.

A cantina também abrirá nesse mesmo dia, podendo os sócios e familiares utilizar o serviço de refeições.

A cantina, nesse dia, servirá almoços, acontecendo a confraternização que sempre é habitual, em cada mês.

Os sócios interessados em participar na Assembleia Geral Nacional, que terá lugar no próximo dia 16 de Abril na Nova Sede em Lisboa, poderão deslocar-se em autocarro.

A partida será junto da Delegação do Porto, na Rua Pedro Hispano, às 8h00 da manhã do dia 16 de Abril, podendo os sócios fazer-se acompanhar de familiares.

As inscrições deverão ser feitas pessoal ou telefonicamente pelo (820403), no G.A.O.S.

PORTO COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

A Delegação do Porto da ADFA, a A25A e o Clube de Sargentos levam a efeito as seguintes realizações.

1 — EXPOSIÇÃO:

De 18 a 25 de Abril, nas instalações da Delegação, subordinada ao Título «A GUERRA COLONIAL NA LITERATURA E NA ARTE». Aos sócios que possuam documentos, objectos de arte ou outro material, agradece-se o empréstimo para ser exposto.

2 — DEBATE:

Em 20 de Abril, pelas 21H30, nas instalações da Delegação, sobre o mesmo tema com a participação, além de outros, dos escritores, Coronel Matos Gomes e Jaime Ferreri.

3 — JANTAR:

Em 22 de Abril, pelas 19H30, no «Hotel Tuela».

a) Preço: 2.500 Cravos;

b) Actuação de grupos musicais (Pina e fados de Coimbra);

Inscrições com levantamento de senha contra pagamento na Delegação do Porto (GAO'S) até 14 de Abril 94, pelos telef: (02) 820403 ou 820744.

4 — MANIFESTAÇÃO DESPORTIVA:

Em 25 de Abril, a partir das 9H00, com a participação de equipas de Futebol de Salão da ADFA/Porto, ADFA/Paredes e Centro de Reabilitação.

Agradece a participação dos sócios e familiares. «APELA-SE À PARTICIPAÇÃO ACTIVA E COLABORAÇÃO DOS SÓCIOS, SEUS FAMILIARES E AMIGOS».

APOIO AOS SÓCIOS NA COMPRA DE VIATURAS

A Delegação mantém em funcionamento um serviço para apoio aos sócios que pretendem adquirir viatura própria.

Este serviço, que funciona em articulação com uma empresa do ramo automóvel, permite facilitar a compra aos sócios que se encontram abrangidos pela legislação em vigor e que, por isso, beneficiam da Isenção de Impostos.

Através deste serviço é possível adquirir as viaturas de qualquer marca e modelo, em condições de simplificação burocrática.

Os interessados deverão contactar o GAOS pessoalmente ou através do telefone nº 820403.

LIVROS E PUBLICAÇÕES QUE PODEM SER CONSULTADOS PELOS SOCIOS

A guerra colonial tem sido objecto de reflexão por parte de alguns Autores, os quais têm publicado diversos livros de apreciável interesse para o conhecimento histórico desta realidade que deixou marcas profundas na sociedade portuguesa.

A Delegação do Porto pretende reunir em biblioteca todos os contributos para aquele objectivo e mantê-los à disposição dos sócios, possibilitando a sua consulta pelos interessados.

Ao longo dos vários «ELOS» iremos divulgar algumas obras existentes.

A sua consulta poderá ser feita através do G.A.O.S. Eis alguns exemplares:

LEGISLAÇÃO

— Decreto-Lei n.º 61/92 de 15 de Abril
Descongelamento de Escalões na Administração Pública

— Decreto-Lei n.º 120-A/92 de 30 de Junho
Acesso ao 8.º Escalão do Pessoal Docente

— Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de Agosto
Estabelece o Regime Educativo Especial Aplicável aos Alunos Com Necessidades Educativas Especiais

— Decreto Regulamentar n.º 13/92 de 30 de Junho
Acesso ao 8.º Escalão do Pessoal Docente

— Decreto Regulamentar n.º 14/92 de 4 de Julho
Processo de Avaliação do Pessoal Docente

— Despacho Normativo n.º 98-A/92 de 20 de Junho
Avaliação Contínua dos Alunos



Tropas em parada na cerimónia aos militares falecidos



O marechal Spinoza cumprimentou os Orgão Sociais da ADFA



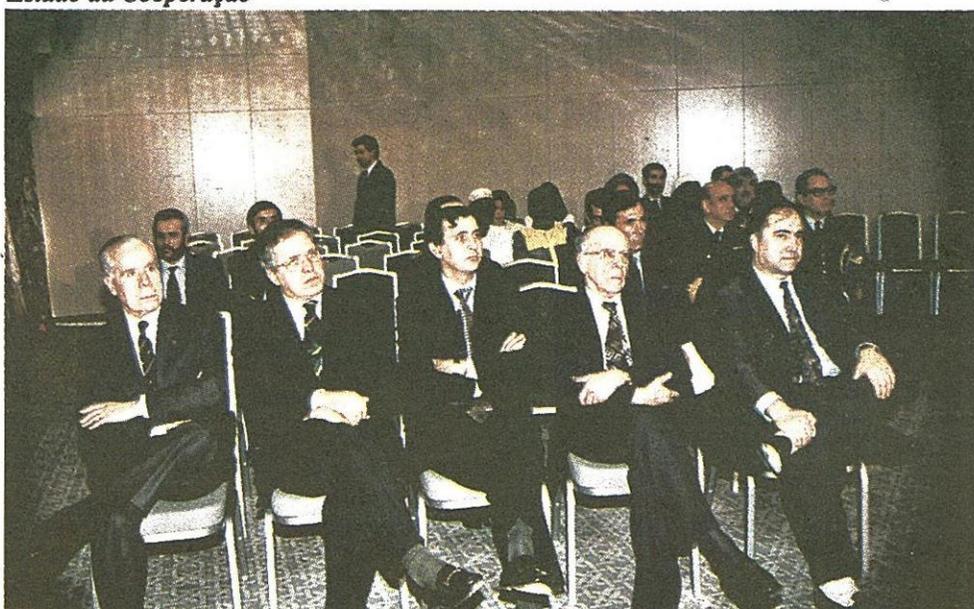
Reunião do Comité Permanente dos Assuntos das Mulheres da FMAC



Representantes das chefias militares, do Grupo Parlamentar da Defesa e o secretário de Estado da Cooperação



Chegada de Mário Soares ao Centro Cultural de Belém



Da esquerda para a direita: Altino Magalhães, Silva Peneda, Eugénio Ramos, Themudo Barata e Vasco Lourenço



Sessão de trabalho onde se podem ver alguns dos delegados da ADFA



Aspecto geral da Sessão Solene de Encerramento

6.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

Para dezenas de milhões Legislação evolutiva e dinâmica



A organização desta conferência foi feita tendo em linha de conta que existem dezenas de milhões de antigos combatentes e vítimas de guerra e que este número continua infelizmente a aumentar e que não existe nenhuma organização internacional intergovernamental que se debruce de forma sistemática sobre os seus problemas no seio das Nações Unidas.

Por outro lado os acordos internacionais visam essencialmente as regras a seguir durante os conflitos, a protecção no plano internacional cessa ao mesmo tempo que as hostilidades. Estas Conferências Internacionais visam suprir esta lacuna, permitindo enunciar princípios básicos que devem figurar nas legislações de cada país.

A ausência de uma concertação ao nível internacional pode agravar a contradição entre as possibilidades económicas de cada país e as necessidades dos antigos combatentes e vítimas de guerra. As associações respectivas têm um papel fundamental a desempenhar com a sua experiência, estabelecer uma ligação com a comunidade dos deficientes militares e os respectivos governos, de forma a que as recomendações adoptadas nas Conferências possam na prática ser aplicadas.

AS DEFICIÊNCIAS AGRAVAM-SE

A legislação sobre antigos combatentes e vítimas de guerras tem um carácter evolutivo em virtude de variadas razões: do envelhecimento e agravamento das deficiências; da evolução dos progressos científicos, tecnológicos, económicos e sociais, de que os DFA'S devem poder beneficiar; da própria natureza dos conflitos que cada vez atinge mais

vítimas civis; da modificação da espécie de militares que intervêm nos conflitos, como por exemplo as forças de manutenção de Paz das Nações Unidas.

Assim a legislação deve ser dinâmica, particularmente no domínio da reintegração plena na comunidade, de forma a que os antigos combatentes e vítimas de guerra adquiram uma vida independente, digna e pacífica.

A legislação adaptada para os deficientes militares deve ser um modelo, a partir da qual possam vir a beneficiar os deficientes de uma forma geral. A maioria das recomendações propostas por conferências anteriores foram integradas no programa da Acção Mundial para as pessoas deficientes, adoptadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, respectivamente em Dezembro de 1982 e Dezembro de 1993.

PROBLEMAS POR RESOLVER

A 5ª Conferência que teve lugar em Bad Ischl, na

Áustria, em Abril de 1988, preocupou-se particularmente com os problemas das mulheres, mas também sobre muitos outros problemas. Para fazer o ponto da situação, sobre a aplicação da legislação recomendada pelos respectivos países, foi elaborado um questionário e da análise das respostas ao mesmo, verificou-se terem ficado por resolver muitos problemas e que novos problemas surgiram.

MUDANÇAS A LESTE

As mudanças geo-políticas ocorridas na Europa central e oriental trouxeram à luz do dia alguns problemas em matéria de legislação naqueles países e a necessidade de repensar certos princípios fundamentais, como os relativos benefícios de que os antigos combatentes e deficientes militares gozavam não deverem ser retirados, ficando à mercê de mudanças de linha política que ocorram.

Um outro assunto que foi discutido nesta Conferência foi a situação dos antigos combatentes e vítimas de guerra dos países que adquiriram a sua independência e que lutaram nos exércitos da potência colonizadora e que vivem actualmente numa situação difícil, ao verem as suas pensões depreciadas pela inflação; por exemplo um antigo combatente do exército francês, que seja argelino, recebe uma pensão dez vezes inferior à do seu antigo camarada de armas que seja de nacionalidade francesa.

A situação das vítimas civis de guerra e daqueles que são feridos em virtude do rebentamento de minas,

depois de terminados os conflitos, é na actualidade um dos mais preocupantes problemas da FMAC e que foi amplamente discutido no decorrer dos trabalhos.

O apoio a prestar aos parentes próximos é frequentemente esquecida nas legislações sobre as vítimas de guerra e foi objecto de diversas recomendações, algumas apresentadas por Portugal.

ANTIGO COMBATENTE

Esta Conferência debruçou-se também sobre a definição do Estatuto de Antigo Combatente e Vítima de Guerra, cujo conteúdo expomos em caixa noutra local deste Suplemento. A diversidade dos conceitos e estruturas jurídicas, assim como das diferentes situações económicas de cada país, implica que as conclusões da Conferência se devam situar sobretudo no plano dos princípios e orientações gerais, expresso nos Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos-Combatentes e Vítimas de Guerra.

Baseado nas conclusões e recomendações das cinco conferências anteriores, esse documento servirá de linha orientadora para aqueles países que ainda não têm legislação específica sobre esta matéria.

O conjunto de todos os documentos foi examinado pela Comissão Preparatória, sob a presidência de José Arruda, presidente da ADFA, associação hospedeira desta Conferência.

No que concerne aos projectos de recomendação, o Comité dividiu-os em duas Comissões, tratando a Comissão 2 preferencialmente a problemática das vítimas de guerra. O Comité sugeriu um certo número de fusões entre as recomendações que tratavam o mesmo assunto.

Os trabalhos decorreram numa Sessão Plenária onde foram abertos os trabalhos e onde se deram informações de carácter geral. A Sala foi seguidamente dividida em duas partes onde decorreram os trabalhos das duas Comissões

Foram aprovadas 44 Recomendações, 28 na Comissão 1 e 16 na Comissão 2 que serão analisadas promenorizadamente nas páginas seguintes deste Suplemento

- DESTAQUE -

Obtenção do estatuto de antigo combatente e vítima de guerra

Já estabelecidos anteriormente, e emendados/ratificados pela 19ª Assembleia Geral da FMAC/Manila-DEZ/88, os "Princípios directores dos direitos fundamentais dos antigos combatentes e vítimas de guerra", começam por referir, logo no início do seu preâmbulo, que os mesmos se destinam, em todo o Mundo, a guiar as acções tendentes a melhorar as condições económicas e sociais dos antigos combatentes e vítimas de guerra, bem como a indicar os princípios de base que devem ser adoptados por cada Governo e as disposições que devem constituir tarefa social prioritária, já que, se "a obrigação moral de cada Nação para com os seus antigos combatentes e vítimas de guerra é, desde há bastante tempo, geralmente admitida", a forma que deve assumir tal responsabilidade não está ainda (estava) definido de maneira completa.

-De forma rápida, recordemos os pontos principais deste documento: Artº 1 - Definições (âmbito de aplicação: deficientes combatentes, de serviço e civis, bem como viúvas, orfãos e Pais); Artº 2 - Indemnização, benefícios e prioridades (assistência na saúde, reabilitação, formação profissional, emprego, habitação, transportes, subsídios suplementares a dependentes); Artº 3 - Subsídios especiais (3ª pessoa e incapazes de emprego); Artº 4 - Revisão e fiscalidade (revisão permanente e isenção de impostos); Artº 5 - Progresso científico e cooperação internacional (benefícios com pesquisa científica e troca internacional de informações técnicas); Artº 6 - Familiares dependentes; Artº 7 - Direito de recurso e liberdade de associação (Recurso de decisões a tribunais imparciais e direito de associação com reconhecimento de representatividade); Artº 8 - Impenhorabilidade e inaccessibilidade (A proibição de penhorar/afectar as indemnizações de guerra, bem como a sua natureza não prescritiva)-.

Tendo-se verificado, desde o estabelecimento destes princípios, que numerosos problemas se levantavam, ou subsistiam, quanto à determinação, melhor, à qualificação de "antigo combatente e vítima de guerra", tanto mais que, entretanto, se alargou, digamos, quer a sua noção quer o seu âmbito, a Comissão Preparatória da VI Conferência entendeu ser necessário realizar-se um estudo das legislações existentes e dos procedimentos usados em alguns países, nomeadamente nos que a tais assunto e área mais atenção têm dedicado,



de modo a se poder informar, em documento próprio, de alguns dos critérios seguidos, tirando-se conclusões e recomendando-se métodos e práticas.

Como resultado de tal iniciativa, foi apresentado pelo delegado da Áustria, dr. Karl Ernst (um dos "históricos" da FMAC), o documento de trabalho intitulado,

Continua na pág. IV

Um mais forte apelo/anseio pela Paz

● Numa mais vasta abrangência de situações e num maior âmbito de responsabilizações

Trabalhos da Comissão II - das vítimas civis da guerra

Bem interessantes foram as recomendações apresentadas, e algumas delas vivamente debatidas, na Comissão II, a que tratava, preferencialmente, das questões relativas às "vítimas civis da guerra".

Pretendendo evitar o perigo de um relato exaustivo, e por demais prolongado, do que se passou, preferimos uma análise, no possí-

guerra" (até há pouco restringido ao combatente ou aos seus familiares próximos -viúvas e órfãos-), como também da abrangência dos diversos efeitos das lutas armadas.

Assim, ao mesmo tempo que se têm ampliado, -ainda que, infelizmente em muitos países, apenas em teoria-, os direitos dos ex-combatentes, em particular dos deficientes, em áreas como a reabilitação, a formação profissional, a reinserção social e a assistência médica, para além das pen-

Nações Unidas; Tribunal internacional para os crimes de guerra; Protecção das VCG e Direitos do Homem; Responsabilidades para as consequências da agressão; Definição internacional de "antigo combatente"/(AC) e dos seus direitos; Princípios directores dos direitos fundamentais dos AC e das VCG; Formação (psicológica) dos elementos das forças de manutenção de Paz da ONU e Obtenção do estatuto de antigo combatente e vítima de guerra (ver "Destaque").

ATÉ ONDE O "ESTATUTO DE COMBATENTE" ?

Por outro lado, terão direito ao estatuto de "antigos combatentes", e respectivo reconhecimento público, os que lutaram em forças não regulares, como milícias e resistentes? E serão equiparados/equiparáveis aos que combateram o invasor e o opressor, os que, coagidos ou obrigados, foram integrados nas forças ocupantes? Como distinguir, pelo menos a nível de praça/aldeão/camponês e no próprio decorrer "quente" da História -e não a frio, anos depois-, qual o Governo legítimo, se o no exílio/ clandestinidade, se o de facto/fantoches?

Todas estas considerações, e algumas mais, foram quer levantadas e debatidas durante os trabalhos conjuntos da Comissão, quer, pelo seu maior melindre, abordadas mais particularmente nos intervalos e pausas para café. Sabendo-se que, embora por quase todos desejada, a aplicação das recomendações dependerá, em muito,

entaram ao serviço do Reich, coisa que talvez poucos dos seus respectivos Governos actuais possam fazer em relação aos que combateram contra o ocupante nazi!

-De realçar que esteve sempre em grande evidência, agora 50 anos depois de terminada, a última guerra mundial, como que saindo de certa letargia alguns problemas/(traumas?) que afinal apenas estavam adormecidos, levando mesmo ao ponto de uma Associação ter apresentado um documento em que se recomendava aos Governos de países ocupados pelos exércitos hitlerianos que tivessem o cuidado necessário na distinção entre os que tinham colaborado e os que tinham resistido, texto esse que acabou por ser retirado, em votação, dado dever considerar-se tal como um acto do âmbito das políticas nacionais, tendo, quer Portugal quer Angola, mostrado a sua discordância com tal "recomendação", frisando ambos a necessidade de serem ultrapassados tais questões, com vista a um fortalecimento da Paz e da solidariedade-.

discutível peso moral, perante Governos e organizações internacionais, procuram, muito para além de simples reconhecimento ou apoio material para si ou suas famílias, formas concretas de evitar mais guerras, violências e vítimas, porque de tal maneira, e com tal fim, devem ser considerados os documentos que referem a necessidade, a nível mundial, para além do estabelecimento de um fundo de assistência às vítimas civis, da criação quer de um tribunal permanente para crimes de guerra quer de leis que obriguem um país agressor a ser responsável pelos danos causados no ofendido. E no reforço da defesa da dignidade humana, acompanhando os esforços e preocupações das Nações Unidas, não foram esquecidos os elementos das suas "forças de manutenção da Paz"/capacetes azuis, recomendando-se uma sua preparação especial com vista não só ao conhecimento e respeito pela cultura, usos e costumes das populações apoiadas, como também preventiva para os graves problemas



vel sucinta, do acontecido, tentando focar os aspectos essenciais dos grandes problemas existentes, alguns dos quais, os vindos do passado, emergem agora com maior acuidade em face às grandes alterações verificadas, por exemplo, no leste europeu, enquanto outros se agravam com o aparecimento de novos conflitos e com o alargamento de direitos e responsabilidades.

REPENSAR O CONCEITO DE "VÍTIMAS DE GUERRA" E A ABRANGÊNCIA DOS EFEITOS DAS LUTAS ARMADAS

Com efeito, a cada vez maior consciência dos cidadãos, -já apenas como elementos nacionais, já mesmo como "do Mundo", todos habitando e coexistindo nesta "aldeia global", cada dia mais pequena devido à diminuição/supressão de espaços e fronteiras-, quer por conferências e tratados internacionais, quer por crescente capacidade dos "mass media-, leva a que haja que repensar a, digamos, dimensão não só do conceito de "vítimas de

sões e subsídios, tem procurado a FMAC que, conhecida e denunciada a grave e dramática situação das chamadas "vítimas civis da guerra" -e que hoje, com larga predominância de mulheres e crianças, são cerca de 80% das que a violência dos ainda tão numerosos conflitos provoca-, lhes seja prestada a atenção mundial -Governos e organizações internacionais- que merecem e precisam, de certa forma em paralelo com a que é reconhecida /concedida aos militares.

Uma despreocupada leitura dos títulos das 16 "Recomendações" aprovadas, poderá não dar uma perfeita ideia do essencial do que estava em análise e da complexidade de que se reveste o seu posterior tratamento/aplicação: Definição de "vítimas civis da guerra"/ (VCG); Assistência às novas VCG; Apoio internacional às VCG; Tratamento dos efeitos psico-sociais da guerra; Ajuda psicológica; Protecção das crianças durante e após os conflitos armados; Programas especiais para as crianças vítimas da guerra; Restabelecimento de identidade das VCG; Formação especial para o pessoal militar das forças de manutenção de Paz das

O QUE SÃO "VÍTIMAS CIVIS DA GUERRA" ?

Por isso vejamos algumas das dúvidas e interrogações que se põem, podem pôr, na abordagem destas questões: são vítimas civis da guerra apenas as apanhadas no "teatro de operações" e em resultado directo de acções militares? Ou elas serão também todos os desalojados, refugiados e prisioneiros? E as crianças órfãs e/ou perdidas da família? E as mulheres usadas e violentadas, as separadas dos seus filhos? E os homens humilhados e agredidos? Serão "actos de guerra" os exercícios militares, que também provocam mortos e feridos entre a população civil? Como classificar todos aqueles que, durante tantos anos futuros, vão ainda ser atingidos por minas e outros engenhos explosivos, tão largamente usados e disseminados nos conflitos regionais? E como considerar as experiências nucleares (americanas, russas, francesas, etc.), que se sabe agora terem atingido e afectado muito mais gente do que onna altura admitido?



das possibilidades económicas dos Países (e muitas das Delegações presentes integravam representantes governamentais, de incidência na "Defesa" e nos "Assuntos Sociais"), repare-se, para além dos problemas inerentes a um vasto alargamento de conceitos e de abrangência de situações, por exemplo, no seguinte facto apresentado, um dos muitos da nova realidade leste-europeia: a Alemanha paga pensões aos cidadãos das novas (ou restauradas) repúblicas que, durante a II Grande Guerra, lutaram e se defici-

PELA PAZ E PELA SOLIDARIEDADE, CONTRA A GUERRA

PAZ e SOLIDARIEDADE que é afinal, de modo objectivo, pode-se dizer, a grande preocupação de todos os ex-combatentes, mais uma vez expressa, de forma universalista e humanista, na e pela sua entidade representativa e organizativa máxima que é a FMAC, sob a forma da apresentação, discussão e aprovação de textos que, levados como "recomendações", suportadas por enorme e in-

psicológicos que podem advir deste seu (novo) tipo de missão.

Reunida a Comissão II nos dias 14 e 15, em desdobramento da Assembleia plenária que tivera lugar a 13, e onde se voltaria a integrar a 16 para apresentação e votação dos textos definitivos das "Recomendações", agora já como documentos oficiais da VI Conferência, da sua Mesa fez parte, como Vice-presidente eleito, o Presidente da DC da ADF, José Arruda, assim como o próprio Secretário-Geral, Serge Wourgaft.

Recomendações aprovadas na 6.ª Conferência



1-AJUDA PSICOLÓGICA

Esta recomendação foi apresentada pela Alemanha, tendo em consideração que as ajudas às pessoas que sofrem de sequelas psicológicas causadas pela guerra não estão muitas vezes asseguradas, considerando ainda que as sequelas psicológicas resultantes da guerra se podem agravar com a idade, foi aprovada uma recomendação aos governos para que tomassem medidas que garantam uma ajuda individual às vítimas civis da guerra que sofram de afecções físicas.

2-SEGURANÇA SOCIAL DOS ANTIGOS COMBATENTES

Recomendação apresentada por Marrocos. Considerando que num número importante de países os Antigos Combatentes não beneficiam dos serviços da Segurança Social e que em muitos casos as suas pensões são insuficientes para a satisfação das necessidades básicas, que não acompanham a inflação que aumenta sem cessar, problemas que são agravados com a idade, com o aumento do preço dos medicamentos, recomendou-se aos países que não disponham de um regime de segurança social para os Antigos Combatentes, que devem instaurar um tal regime que lhes permita beneficiar das prestações sociais adequadas e dos tratamentos médicos necessários.

3-REVISÃO DO GRAU DE INVALIDEZ

Recomendação apresentada por Portugal, tendo conta que as deficiências se agravam com a idade, foi recomendado que os países reconheçam aos deficientes das Forças Armadas o direito de solicitar, sem nenhum limite de tempo, a re-

visão do grau de invalidez que lhe foi atribuído.

4-CARACTERÍSTICAS JURÍDICAS DAS PENSÕES DE INVALIDEZ

Recomendação apresentada por Portugal, tendo em consideração que em muitos países se não encara a pensão que os deficientes recebem como uma indemnização, com as consequentes implicações jurídicas, que isso traz como consequência, por exemplo, a impossibilidade em certos casos de acumulação de pensões. Recomendou-se assim que as pensões atribuídas aos deficientes militares, sejam consideradas exclusivamente como uma indemnização pelos danos sofridos, que as mesmas sejam pagas integralmente e que não sejam impositos tectos.

5-ACTUALIZAÇÃO REGULAR DA LEGISLAÇÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES, VÍTIMAS DE GUERRA, VÍTIMAS DO SERVIÇO MILITAR E DOS SEUS FAMILIARES

Fusão de recomendações apresentadas por Espanha e Marrocos

Em virtude das mudanças originadas pelo avançar da idade e de mudanças nas conjunturas sociais e económicas que vão surgindo, foi recomendado que se introduzam, sempre que necessário, emendas à legislação já existente e também que as pensões sejam aumentadas de forma a que acompanhem a inflação.

6-PENSÕES AOS FAMILIARES DOS COMBATENTES

Tendo em atenção que muitas vezes as esposas dos deficientes militares não se integram profissionalmente em virtude de

consagrarem quase exclusivamente ao apoio que dão aos seus maridos. Foi recomendado que fosse atribuída uma pensão a estas viúvas, assim como aos parentes próximos dos grandes deficientes militares falecidos, que tivessem um grau de invalidez igual ou superior a 30%, independentemente da causa da sua morte, de forma a que a mesma não seja inferior a 70% da pensão que era atribuída à pessoa deficiente. No caso de se tratar de deficientes com direito a assistência de terceira pessoa, a pensão deverá ser de montante igual àquele que era atribuído ao deficiente.

7-PENSÕES DAS VIÚVAS

Recomendação apresentada por Espanha e que sofreu algumas alterações propostas por Israel.

Tendo em linha de conta que existem desigualdades grandes no que concerne aos quantitativos das pensões das viúvas dos militares deficientes em serviço. Foi recomendado que fosse dado apoio a estas viúvas de forma a harmonizar estas situações e que a pensão não fosse inferior a 70% daquela que era auferida pelo deficiente falecido.

9- PROTECÇÃO SOCIAL ÀS VÍTIMAS DE GUERRA

Fusão de recomendações apresentadas pela Alemanha e por Marrocos.

Esta recomendação partiu do princípio de que existe, em muitos países, falta de um suficiente apoio médico e social para com as vítimas de guerra, recomendando por isso que se crie todo um programa de protecção social, médica, de formação profissional, assim como a sua reintegração profissional e plena integração na sociedade.

10- POLÍTICA SOCIAL

Esta recomendação, apresentada por Portugal, vai no sentido de que seja posta em execução toda uma política social para apoiar os deficientes militares e as viúvas, através de estruturas adequadas em conjugação de esforços com as respectivas associações. Recomenda também que sejam criados lares de estadia permanente ou temporária, centros de

dia, e assistência domiciliária.

11-TRATAMENTOS PREFERENCIAIS

Esta recomendação, apresentada por Marrocos, que contou com a abstenção dos representantes da Alemanha e da Holanda, recomenda que seja dado um tratamento preferencial aos antigos combatentes nomeadamente na prioridade ao emprego, em facilidades para a obtenção de alojamento, e de redução nos preços dos transportes públicos.

12-INDEMNIZAÇÕES COMPLEMENTARES

Este documento, apresentado por Marrocos, visa atribuir indemnizações complementares para responder a situações específicas dos antigos combatentes e vítimas de guerra ou dos seus orfãos, para que possam levar uma vida decente, ter acesso à formação profissional e ao emprego.

13-AVALIAÇÃO DAS INDEMNIZAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ANTIGOS COMBATENTES

Esta recomendação apresentada por Marrocos, visa prevenir as situações de carência de antigos combatentes e recomenda que lhes sejam atribuídas indemnizações de forma a que possam levar uma vida decente e que sejam tomadas as medidas necessárias para que essas indemnizações sejam regularmente revistas.

14-SUPRESSÃO DA DATA LIMITE PARA ATRIBUIÇÃO DE UMA PENSÃO

Em virtude de muitos países imporem uma data limite para se requerer pensão, o que prejudica muitos antigos combatentes que, por falta de informação, devido ao isolamento e a outras causas, não sabem sequer os direitos que têm. A delegação de Marrocos apresentou uma recomendação no sentido de serem tomadas as medidas necessárias para que, nos países onde essa imposição existe, seja retirada.

15-REAVALIAÇÃO DAS INDEMNIZAÇÕES PARA OS DEFICIENTES DE ORGÃOS GÊMEOS

Esta recomendação que foi apresentada

pela Finlândia, procura prevenir os problemas que possam surgir nos órgãos gêmeos, tais como os olhos, as pernas, as orelhas, os hemisférios cerebrais etc. Por exemplo, em virtude da perda de um olho, pode uma pessoa mais tarde vir a ter problemas no outro, o problema de falta de irrigação num hemisfério cerebral, pode vir a causar problemas de amnésia e outros que possam levar à necessidade de apoio de uma terceira pessoa. Assim foi recomendado que sejam reavaliados os graus de incapacidade relativos às novas incapacidades que surgirem.

16-DEFICIENTES MILITARES SEM PENSÃO

Esta recomendação foi apresentada por Portugal, tendo em consideração que existem grandes deficientes que adquiriram a sua deficiência durante a prestação do serviço militar mas que não são considerados como tendo relação nem com serviço, nem com campanha, não sendo por isso considerados como deficientes militares. Foi recomendado que fossem tomadas medidas de carácter social e económico para apoiar estes deficientes militares, cuja situação não está coberta por nenhuma legislação em vigor.

Esta recomendação foi aprovada por unanimidade.

17-INFORMAÇÃO ADEQUADA SOBRE AS INDEMNIZAÇÕES

Esta recomendação apresentada pela Espanha, por se constatar que em muitos países a informação sobre os benefícios dos antigos combatentes e deficientes de guerra é quase nula, foi no sentido de se criarem mecanismos adequados para que os mesmos sejam informados dos seus direitos.

18 DIFUSÃO DA LEGISLAÇÃO QUE ABRANJA OS ANTIGOS COMBATENTES E VÍTIMAS DE GUERRA

Esta recomendação, apresentada por Marrocos, causou uma certa polémica devido aos custos elevados que comporta a sua aplicação, acabou no entanto por ser aprovada por unanimidade, e propõe

que as recomendações adoptadas nas conferências internacionais sobre legislação, sejam difundidas pelas associações membros e que as mesmas sejam objecto de uma campanha mediática oficial através dos meios áudio-visuais públicos.

19-ACUMULAÇÃO DA PENSÃO DE INVALIDEZ COM A REFORMA DEVIDA A TEMPO EFECTIVO DE TRABALHO

Esta recomendação foi apresentada por Portugal, tendo em consideração que as pensões dos deficientes militares são atribuídas a título de uma reparação pelos danos físicos e morais sofridos e como tal têm um carácter indemnizatório. Sendo suposto também que a ocupação de um posto de trabalho remunerado é um processo importante da readaptação, considera ainda que a reforma a título de prestação dum trabalho efectivo constitui um direito inalienável, recomenda que os deficientes militares possam acumular a pensão de invalidez como deficientes militares, com aquela a que tiverem direito pelo trabalho desenvolvido, tanto no sector privado como no público.

20- ESTUDO PARTICULARIZADO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE E DE VIDA DOS ANTIGOS COMBATENTES

Esta proposta foi apresentada pela Finlândia, tendo por base um inquérito enviado a 240 000 ex-combatentes, ao qual responderam 95% das pessoas inquiridas. Esta recomendação propõe que estudos semelhantes sejam feitos noutros países para que seja possível estabelecer um programa comum de apoio a todos os Antigos Combatentes de todo o mundo.

Esta recomendação foi das mais apreciadas e é exemplar o trabalho desenvolvido pelos finlandeses no que concerne à investigação e à sua importância para se poderem estabelecer estratégias tendo como base as reais situações dos antigos combatentes e vítimas de guerra, que têm a particularidade de as suas necessidades se irem alterando

Recomendações aprovadas na 6.^a Conferência

Continuação da pág. lli

com o decorrer da idade, com as mudanças estruturais da sociedade e com o rapidíssimo desenvolvimento tecnológico que ocorre nos dias de hoje.

21-SUPRESSÃO DE DISCRIMINAÇÃO NA INDMINIZAÇÃO A ATRIBUIR A TODOS OS ANTIGOS COMBATENTES

Esta proposta apresentada por Marrocos, teve em consideração a colonização a que muitos países foram submetidos e aos diferentes posicionamentos políticos, onde dentro do mesmo país uns combateram ao lado dos aliados e outros ao lado das forças nazis ou fascistas, uns a favor dos países colonizadores, outros pelos territórios que aspiravam à independência, e que ainda hoje muitos combatentes são discriminados conforme a cor política por que combateram, recomendou-se que as indenizações sejam atribuí-

das sem nenhuma distinção de nacionalidade e que se evite a cristalização das pensões atribuídas aos antigos combatentes africanos.

22-COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM AJUDAS TÉCNICAS

Proposta apresentada pela Áustria e Marrocos, tendo em consideração o fornecimento de aparelhos e ajudas técnicas eficazes. É fundamental para os deficientes dos países em vias de desenvolvimento, uma vez que os apoios da Cruz Vermelha Internacional terminam com a cessação das hostilidades e que muitos destes países não possuem equipamento técnico adequado. Para que os técnicos desses países possam beneficiar de informações e cursos de aperfeiçoamento foi recomendado que os diversos países devem estabelecer acordos de cooperação nesta área e apela às Associações de antigos combatentes e vítimas de guerra que tenham centros

tecnológicos, que estabeleçam contactos directos com a Cruz Vermelha Internacional e outra organizações similares, nos países actualmente em guerra e que lhes forneçam de forma concreta apoio e conselhos neste domínio específico.

23-REALIZAÇÃO DE ACORDOS BILATERAIS E MULTILATERAIS PARA APOIO DOS ANTIGOS COMBATENTES E VÍTIMAS DE GUERRA

Esta recomendação foi feita para que possa ser facilitada a liberdade de circulação quando os antigos combatentes se deslocam a outros países.

24-COMISSÕES NACIONAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS DOS ANTIGOS COMBATENTES

Esta proposta apresentada pela Finlândia, tem como objectivo a criação de estruturas que se debruçam sobre esta pro-

blemática específica, como foi o caso da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência, que existiu em Portugal e que trabalhava no âmbito do Ministério da Defesa Nacional e que foi extinta.

25-DISPENSA DO SERVIÇO MILITAR PARA OS FILHOS DOS ANTIGOS COMBATENTES

Este documento foi apresentado por Portugal e recomenda aos países que ainda o não fazem e onde seja possível legislar no sentido de dispensar do serviço militar, os filhos de militares mortos e de grandes deficientes, assim como os irmãos destes últimos, caso os interessados o requeiram.

Esta proposta de recomendação foi bastante polémica, tendo levantado a oposição de Israel e da África do Sul e algumas objecções por parte da Croácia e da Roménia. Foi mesmo proposto que Portugal retirasse a recomendação, o que não fez, acabando a

mesma por ser aprovada por maioria com 8 objecções.

26- TRATAMENTO IGUAL DOS PRISIONEIRO DE GUERRA

Considerando a brutalidade como muitos prisioneiros de guerra foram e são tratados, em violação aos Direitos do Homem A Polónia propôs que os países membros da Nações Unidas assinem uma Convenção que obrigue as forças militares a fornecer aos prisioneiros de guerra um tecto, com aquecimento, se necessário, roupa, e alimentos que assegurem pelo menos 1800 calorias por dia

27-NOVAS LEGISLAÇÕES NA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

Esta proposta apresentada pela Eslovénia, tem em consideração as mudanças geo-políticas ocorridas na Europa Central e Oriental e as mudanças que estão a ocorrer

nas legislações desses países, que em muitos casos levam à perda de direitos adquiridos, propôs que na legislação a adoptar se tenha em linha de conta a preservação dos direitos anteriormente adquiridos.

28-PROTECÇÃO ÀS EMPRESAS INDUSTRIAIS DE ANTIGOS COMBATENTES EM RELACÇÃO AO MERCADO

Esta proposta foi apresentada em virtude de alguns centros de produção protegidos se verem com grandes dificuldades de enfrentar a concorrência do mercado. Foi proposto que seja adoptada legislação para o funcionamento de Oficinas Protegidas.

Esta proposta que levantou algumas objecções por ser contra o funcionamento normal do mercado, pelas concessões de benefícios fiscais a estas empresas, foi aprovada no entanto, com quatro objecções apenas.

Continuação da pág. l

- DESTAQUE -

Obtenção do estatuto de antigo combatente e vítima de guerra

precisamente, "Procedimento para obtenção do título de antigo combatente ou de vítima de guerra", no qual, após uma amostragem legislativa tanto nacional como internacional, descreve os diversos critérios adoptados e exemplifica procedimentos em vários países, a nível de decisões quer administrativas quer judiciais - e aqui com referências ao direito civil e ao direito público -, terminando por concluir, entre outros pontos, que todas as medidas devem ser sempre adaptáveis às necessidades individuais, de acordo com o beneficiário e respeitando a opinião de especialistas.

Quanto a recomendações, e elas são de âmbito vasto, destacamos, no caso de países em que haja já legislação própria, as de que os sistemas de protecção social devem ser juridicamente garantidos; no caso de atrasos ou demoras, deve, independentemente, avançar-se com assistência médica e social; o princípio da igualdade de tratamento deve ser estabelecida de forma firme; as decisões devem ser tomadas por autoridades imparciais e independentes, e num prazo razoável, garantindo-se o direito ao apelo e à defesa de opinião, assim como a verificação de constitucionalidade daquelas; a cooperação e a representação efectiva das associações, nos processos, deve ser também garantida. Em relação a países em que hajam antigos combatentes e vítimas de guerra, mas em que não haja legislação própria, recomenda-se um esforço contínuo no sentido da sua adopção e no da constituição de associações representativas, bem como na cooperação entre estas e o Governo.

De tal forma foram consideradas importantes, pelos delegados, estas recomendações, que foi apresentada, e aprovada, uma proposta no sentido de os Governos se inspirarem nelas em vista a futuros procedimentos, considerando-as como anexo ao documento "Princípios directores", referido no início.

Ventos de Leste

A situação nos países da Europa Central e Oriental

Uma das grandes preocupações da FMAC nos últimos anos, já por várias vezes traduzida em pareceres e recomendações, é o da situação nos países do leste europeu, especificamente no que ao seu âmbito de acção diz respeito.

E sendo a legislação uma das áreas que mais profundamente repercute as realidades e os problemas, a Comissão Preparatória entendeu dever ser apresentado à VI Conferência um estudo sobre tal matéria, do que foi incumbido Jan Likowski, delegado polaco.

Pelo interesse de tal "documento de trabalho" -Evolução dos direitos dos antigos combatentes e inválidos de guerra na Europa central e oriental -, como análise de uma situação particularmente representativa das grandes questões que hoje, e em cada dia com mais força/imperatividade, se colocam à Federação Mundial, às Associações nacionais, aos Governos e, porque não, à consciência e solidariedade de cada ex-combatente, de cada cidadão.

Começando por salientar que "omissões, erros e generalizações são inevitáveis neste estudo", em virtude da falta de dados e/ou de respostas -a ex-Jugoslávia nem sequer consegue estar englobada...-, e constatando que quer a política governamental quer a atitude pública em relação ao inválido de guerra varia entre os países anteriormente sobre influência soviética, o documento desenvolve-se ao longo de mais ou menos detalhadas informações comparativas dos vários estatutos nacionais -URSS, Bulgária, Hungria, Roménia, Checoslováquia e Polónia-, verificando-se que embora pareça estar a assistir-se a uma evolução positiva da grave situação existente, aquela é muito dependente da não menos grave, e paralela, crise económica que subsiste em toda a região.

Tentando aqui analisar-se a questão de uma forma global, e não país a país, podemos escrever que se até há poucos anos, antigos combatentes e inválidos reconhecidos eram apenas os que haviam lutado nas forças comunistas, excluindo-se mesmo os combatentes integrados em outros grupos anti-nazis, hoje tal reconhecimento é muito mais vasto, abrangendo, nalguns casos até, os que foram recrutados pelo opressor, desde que não voluntários e ao serviço de unidades especiais de repressão alemãs ou dos governos colaboracionistas, e também os que, mais modernamente, se opuseram ao próprio exército soviético de ocupação.

Por outro lado, ainda que -e a situação económica, reforça-se, deverá ser causa principal disso-, a atribuição, em valores variados, de indemnizações e pensões obrigue, na maior parte dos casos, a considerar-se, para tal, um grau de invalidez bastante elevado, a assistência médica e social, para além de outros benefícios, é razoavelmente mais ampliada.

Um caso curioso, e merecendo destaque especial, é o dos prisioneiros de guerra soviéticos, os quais, considerados como traidores por se terem deixado capturar, transitaram dos campos de concentração nazis para os do seu próprio país (goulags), aí morrendo em grande número.

Concluindo e recomendando, o documento propõe que declarações específicas devem ser adoptadas pela VI Conferência, no sentido de que a legislação estipule, primeiro, que ser feito pri-



sioneiro de guerra não constitui traição e, segundo, que todo o inválido de guerra, qualquer que tenha sido o lado porque combateu e qualquer que seja o país onde reside, deve ser reconhecido pelo Estado de que é cidadão, excluindo-se, neste caso, todos os criminosos de guerra e os membros de organizações cujos objectivos violem os Direitos do Homem. Finalmente, e numa nota realista, reconhece-se que outros problemas ficam por resolver, muitos deles considerados já em anteriores resoluções da FMAC